17ª Legislatura

# ESTADO DE SANTA CATARINA

3ª Sessão Legislativa

# DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXII | FLORIANÓPOLIS, 8 DE NOVEMBRO DE 2013 | NÚMERO 6.620

## MESA

Joares Ponticelli
**PRESIDENTE**

Romildo Titon
**1º VICE-PRESIDENTE**

Pe. Pedro Baldissera
**2º VICE-PRESIDENTE**

Kennedy Nunes
**1º SECRETÁRIO**

Nilson Gonçalves
**2º SECRETÁRIO**

Manoel Mota
**3º SECRETÁRIO**

Jailson Lima
**4ª SECRETÁRIO**

**LIDERANÇA DO GOVERNO**
Aldo Schneider

## PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

**PARTIDO PROGRESSISTA**
Líder: Valmir Comin

**PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Carlos Chiodini

**PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO**
Líder: Darci de Matos

**PARTIDO DOS TRABALHADORES**
Líder: Ana Paula Lima

**PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Dóia Guglielmi

**DEMOCRATAS**
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL**
Líder: Angela Albino

**PARTIDO POPULAR SOCIALISTA**
Líder: Altair Guidi

**PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE**
Líder: Sargento Amauri Soares

## COMISSÕES PERMANENTES

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**
Mauro de Nadal - Presidente
Silvio Dreveck - Vice-Presidente
José Nei A. Ascari
Jean Kuhlmann
Ana Paula Lima
Dirceu Dresch
Serafim Venzon
Narcizo Parisotto
Aldo Schneider

**COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO**
Reno Caramori - Presidente
Carlos Chiodini - Vice-Presidente
Volnei Morastoni
Darci de Matos
Aldo Schneider
Marcos Vieira
Sargento Amauri Soares

**COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA**
Dirceu Dresch - Presidente
Maurício Eskudlark - Vice-Presidente
Edison Andrino
Moacir Sopelsa
Reno Caramori
Dóia Guglielmi
Sargento Amauri Soares

**COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO**
Marcos Vieira - Presidente
Silvio Dreveck - Vice-Presidente
Ciro Roza
Dirceu Dresch
Aldo Schneider
Renato Hinnig
Angela Albino

**COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA**
José Nei A. Ascari - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Altair Guidi
Luciane Carminatti
Dirce Heiderscheidt
Antonio Aguiar
Serafim Venzon

**COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL**
Taxista Voltolini - Presidente
Neodi Saretta - Vice-Presidente
Silvio Dreveck
Aldo Schneider
Edison Andrino
Dado Cherem
Maurício Eskudlark

**COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO**
Gilmar Knaesel - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Angela Albino
Silvio Dreveck
Neodi Saretta
Luciane Carminatti
Renato Hinnig
Antonio Aguiar
Marcos Vieira

**COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL**
Moacir Sopelsa - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
José Nei A. Ascari
Dirceu Dresch
Narcizo Parisotto
Mauro de Nadal
Dóia Guglielmi

**COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA**
José Milton Scheffer - Presidente
Angela Albino - Vice-Presidente
Gelson Merisio
Dirceu Dresch
Carlos Chiodini
Moacir Sopelsa
Dado Cherem

**COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE**
Neodi Saretta - Presidente
Taxista Voltolini - Vice-Presidente
Ciro Roza
Altair Silva
Dirce Heiderscheidt
Edison Andrino
Gilmar Knaesel

**COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**
Dóia Guglielmi - Presidente
Jorge Teixeira
Gelson Merisio
Altair Silva
Luciane Carminatti
Volnei Morastoni
Moacir Sopelsa
Antonio Aguiar
Narcizo Parisotto

**COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS**
Luciane Carminatti - Presidente
Angela Albino - Vice-Presidente
Jorge Teixeira
Dirce Heiderscheidt
Antonio Aguiar
Gilmar Knaesel
José Milton Scheffer

**COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA**
Maurício Eskudlark - Presidente
Carlos Chiodini - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Reno Caramori
Ana Paula Lima
Renato Hinnig
Marcos Vieira

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO**
Antonio Aguiar - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Altair Silva
Ismael dos Santos
Sargento Amauri Soares
Carlos Chiodini
Dado Cherem

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA**
Angela Albino - Presidente
Jean Kuhlmann - Vice-Presidente
Reno Caramori
Volnei Morastoni
Edison Andrino
Dirce Heiderscheidt
Gilmar Knaesel

**COMISSÃO DE SAÚDE**
Volnei Morastoni - Presidente
Antonio Aguiar - Vice-Presidente
José Milton Scheffer
Sargento Amauri Soares
Jorge Teixeira
Mauro de Nadal
Serafim Venzon

**COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL**
Jean Kuhlmann - Presidente
Aldo Schneider - Vice-Presidente
Silvio Dreveck
Volnei Morastoni
Mauro de Nadal
Taxista Voltolini
Gilmar Knaesel

**COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**
Serafim Venzon - Presidente
Ismael dos Santos - Vice-Presidednte
Ana Paula Lima
Dirce Heiderscheidt
Carlos Chiodini
Altair Silva
Narcizo Parisotto

**COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS**
Ismael dos Santos - Presidente
Ana Paula Lima - Vice-Presidente
Antonio Aguiar
Dado Cherem
Reno Caramori
Gelson Merisio
Sargento Amauri Soares

**DIRETORIA LEGISLATIVA**

**Coordenadoria de Publicação:**
Responsável pela revisão dos documentos digitados, bem como editoração, diagramação e distribuição.
Coordenador: Carlos Augusto de Carvalho Bezerra

**Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário:**
Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias.
Coordenadora: Rita de Cassia Costa

**DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES**

**Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos:**
Responsável pela impressão.
Coordenador: Francisco Carlos Fernandes Pacheco

**DIÁRIO DA ASSEMBLEIA**

**EXPEDIENTE**

**Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina**
**Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves**
**Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC**
**CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500**
**Internet: www.alesc.sc.gov.br**

**IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXII**
NESTA EDIÇÃO: 24 PÁGINAS
TIRAGEM: 5 EXEMPLARES


**ÍNDICE**


**Plenário**
Ata da 081ª Sessão Ordinária realizada em 18/09/2013.....2
**Publicações Diversas**
Audiência Pública .....8
Atas de Comissões Permanentes.....19
Avisos de Licitação .....20
Portarias.....20
Redações Finais .....21


# PLENÁRIO

# ATA DA 081ª SESSÃO ORDINÁRIA

## DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
## REALIZADA EM 18 DE SETEMBRO DE 2013
## PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES PONTICELLI

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Arnaldo Moraes - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Gostaria de fazer, em nome da Presidência, o registro da presença de vários representantes do Instituto Federal de Santa Catarina, que vieram tratar de questões referentes ao projeto do curso de Engenharia Eletrônica.

Sejam bem-vindos ao nosso convívio!

Gostaríamos de destacar também a presença do vereador de Itajaí, Giovani Felix, do Partido dos Trabalhadores, que está acompanhado de seu assessor Valdir Rocha e de outras lideranças.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, todos os que assistem à nossa sessão ordinária, especialmente o vereador Giovani Felix, de Itajaí.

Ocupo, nesta tarde, esta tribuna para falar um pouco sobre o momento histórico que vive a juventude brasileira, especialmente a juventude catarinense, e relatar a audiência pública que tivemos neste plenário, pela manhã, na qual discutimos diversos temas.

O Brasil vive um momento histórico, quando ainda temos um número muito grande de jovens neste país, uma vez que a tendência atual é a redução da natalidade e, consequentemente, o envelhecimento da população. Por isso, os governos precisam preocupar-se muito no sentido de atender a essa juventude, nas mais diversas dimensões, ou seja, educação, saúde e segurança pública. E uma das questões que ronda as famílias brasileiras e a juventude é o consumo de drogas e o aumento da prostituição infantil e juvenil.

Poucos meses atrás tivemos uma histórica mobilização da juventude nacional, que foi para as ruas do país manifestar-se sobre diversos temas, desde a reforma política até um conjunto de reformas estruturais, englobando aí a questão do transporte coletivo e da mobilidade urbana.

Mais recentemente, a presidenta Dilma lançou o Estatuto da Juventude, que pretende ser um marco histórico na vida dos jovens brasileiros, pois engloba um conjunto de direitos, de diretrizes, de políticas públicas, tais como: transporte, mobilidade, saúde, lazer, cultura etc.

Assim, entendemos importante fazer um debate do assunto também nesta Casa, e hoje pela manhã tivemos uma grande audiência pública, que contou com representações de todas as regiões de Santa Catarina, de todas as entidades da juventude, para discutir o papel, a participação e a elaboração de políticas públicas para esse segmento, que representem tantos os seus sonhos, como alguns desafios para os próximos anos.

Foi um momento extraordinário, um riquíssimo debate, deputados Neodi Saretta e Luciane Carminatti, capitaneado pela comissão de Direitos Humanos.

Ao final, depois dos debates que foram enriquecidos com contribuições de entidades como a Pastoral da Juventude da Igreja Católica, a UCE, a Fetraf/Sul e a CUT, apuramos novos elementos, novas propostas, que deverão farão parte do Estatuto da Juventude de Santa Catarina.

Além disso, depois de décadas de discussão, também está em debate nesta Casa a construção do Conselho Estadual da Juventude. Felizmente, depois de muita mobilização e pressão, o governo do estado encaminhou o projeto que cria o Conselho Estadual da Juventude.

Foi criado um grupo de trabalho representativo, que se reunirá para discutir a proposta estadual do Estatuto da Juventude, projeto que já tramita nesta Casa. Vou pedir, inclusive, vistas desse projeto para contribuir na elaboração do estatuto, além de promover outros debates sobre a reforma política e a redução da maioridade penal.

Os jovens estão preocupados, sr. presidente, com essa questão da diminuição da maioridade penal, porque as prisões brasileiras são verdadeiras faculdades do crime e não um espaço de recuperação dos apenados. A solução, em nosso entendimento, não é, de forma alguma, amontoar jovens nos presídios, mas construir políticas educativas, investir mais na educação, qualificar profissionalmente os jovens, para que possam ter trabalho, cultura, lazer e dignidade.

Foi um grande evento, do qual tiramos inúmeros encaminhamentos. Por isso faremos um documento das propostas dos jovens e traremos a esta tribuna. Nesse sentido, teremos a elaboração de um conjunto de políticas públicas a partir desse diagnóstico, dessas informações.

Quero destacar também a importante participação da secretária nacional da Juventude, a catarinense Severine Carmen Macedo, de Anita Garibaldi.

No mais, quero agradecer esta oportunidade e reafirmar o grande compromisso com a organização da juventude, com o seu fortalecimento, com a sua luta por melhoria das políticas públicas, pois estamos desde o final dos anos 70 atuando nos movimentos de juventude do estado e do país.

Muito obrigado!

(SEM REVISAO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Jean Kuhlmann.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Gostaria apenas de agradecer, sr. presidente, a presença e cumprimentar o Grupo Esperança, de Blumenau, que veio visitar esta Casa.

Boas-vindas à dona Elona e a toda a equipe, bem como à dona Norma Dickmann, que trouxe todo o grupo.

O Sr. Deputado Jailson Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Jailson Lima.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Quero registrar a presença do prefeito Egon Gabriel Júnior, juntamente com o vice e lideranças da cidade de Dona Emma.

Sejam bem-vindos!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Esta Presidência, conforme entendimento anterior, suspenderá a presente sessão pelo tempo dez minutos para ouvirmos o sr. Estanislau Bresolin, presidente Federação de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Santa Catarina.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera)(Faz soar a campainha.) - Estão reabertos os trabalhos.

Quero registrar a presença da Banda Municipal Unidos de Imaruí e dos acadêmicos do curso de Gestão Pública da Uniasselvi, de Rio do Sul.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PCdoB.

Com a palavra a sra. deputada Angela Albino, líder da bancada, por até cinco minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, novamente gostaria de agradecer ao Plenário, que abriu uma excepcionalidade para receber o setor de turismo na Assembleia Legislativa.

Sr. presidente, hoje quero dialogar indiretamente sobre turismo, pois se trata de uma questão correlata, o saneamento em Santa Catarina, que só é melhor do que o do estado do Piauí. A nossa cobertura não corresponde às necessidades de um estado que ostenta índices de qualidade de vida extraordinários em relação ao resto do país.

Muito recentemente o estado tem vivido um processo de municipalização e privatização dos serviços de água e saneamento, que lá no começo dizíamos que tinha muitas chances de dar errado, porque na área de saneamento, em particular, há uma relação de solidariedade entre os municípios. Como exemplo pego a querida capital dos catarinenses, Florianópolis, à qual, generosamente, Santo Amaro da Imperatriz dá água e Biguaçu recebe o lixo. Portanto, não somos autossuficientes nem no abastecimento d'água nem na destinação de lixo.

Os municípios precisam ter relação de solidariedade no trato da questão do saneamento e da água, até porque o saneamento não conhece as barreiras dos municípios. O município de Biguaçu não tem um único metro de saneamento e atinge diretamente a balneabilidade, esse importante vetor econômico que é para nós o turismo, em Florianópolis, pois as cidades se comunicam nesse campo.

O processo de municipalização e de privatização em Santa Catarina, srs. parlamentares, viu de tudo, assim confirmado pelo Tribunal de Contas de Santa Catarina: municípios tinham editais de privatização e municipalização absolutamente idênticos. Estou falando de municípios diferentes, cujos editais eram absolutamente idênticos, inclusive nos erros de português. Ou nós estamos falando de uma situação de excepcional comunicação da genialidade humana, ou nós estamos falando de alguém que de propósito, de forma organizada, tem-se aproveitado desse momento que o estado vive para a fraude, fraude essa que o TCE já constatou e que o Gaeco, recentemente e de forma ruidosa, em Palhoça, constatou que virou caso de polícia.

Mas não é só nessa perspectiva, e vou falar novamente de Palhoça e de Capivari de Baixo, no sul do estado, onde os prefeitos dizem abertamente que o dinheiro que arrecadam com saneamento está sendo destinado ao caixa geral do município para pagar a folha. Portanto, não é feito saneamento nem em Palhoça, nem em Capivari de Baixo, embora o povo pague, e pague caro, saneamento nos dois municípios.

Foi por isso que criamos uma CPI, com o representativo número de 19 assinaturas de parlamentares desta Casa, quando só precisávamos de 14, o que demonstra que há algo estranho ocorrendo na municipalização e privatização dos serviços de água e saneamento em Santa Catarina. E ninguém além da Assembleia Legislativa pode investigar isso, porque as Câmaras Municipais apenas vão poder dar conta da sua questão.

A Assembleia Legislativa precisa pronunciar-se sobre esse assunto. E é por isso que estamos subindo à tribuna repetidas vezes. Há um mês vimos peleando - e como dizem os gaúchos, não tá morto quem peleia - na tentativa de instalar essa CPI que 19 parlamentares disseram que queriam. E não é uma filigrana jurídica ou, mais que isso, um problema de português que vai tirar-nos a CPI das mãos.

A decisão da comissão de Constituição e Justiça de limitar a CPI apenas à Palhoça traz-nos a responsabilidade de dizer o que vamos fazer com todos os outros municípios que o Tribunal de Contas e o Ministério Público já disseram que têm problemas. Quem vai poder investigar, se o Ministério Público já nos pediu e se o Tribunal de Contas, que é um órgão auxiliar da Assembleia Legislativa, diz que tem.

Portanto, reafirmo o pedido a esta Casa que possamos de fato investigar plenamente esse tema através da nossa CPI.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados, quero saudar todos os nossos visitantes, os prefeitos, os vereadores, os deputados e deputadas, além dos catarinenses que nos acompanham pelos meios de comunicação.

Em primeiro lugar, quero pedir desculpas a quem sempre tem acompanhado as nossas sessões, pois inúmeras vezes eu coloquei desta tribuna, deputado Valmir Comin, que Santa Catarina tinha uma fila no SUS de 250km. Naturalmente que é uma fila virtual, mas é pior do que a real!

Mas acredito que estava enganado, porque só as filas na regional de Joinville, conforme o jornal *A Notícia*, e todos sabem da sua credibilidade, têm 112 mil pessoas. É lógico que compreende as cidades do entorno, como, por exemplo, São Bento do Sul, Campo Alegre, Rio Negrinho, Mafra e Itaiópolis. Apenas na especialidade de oftalmologia, a fila tem 22.500 pessoas aguardando. E apesar desse procedimento ter como pagamento um valor muito pequeno por cada cirurgia, ainda assim há valores que não foram pagos e outros que sequer foram liberados.

Assim, srs. parlamentares, os médicos acabam ficando impedidos de fazer as cirurgias, porque na hora em que realizam os procedimentos, eles têm um custo previsto, um custo real, que quando não autorizado, deixa o hospital sem ter os valores registrados, ficando, consequentemente, sem o valor devido.

Já na área de ortopedia, há naquela regional uma fila de 16 mil pacientes, enquanto em neurologia, há nove mil pessoas aguardando. Isso porque os hospitais de Joinville são referência regional. Se considerarmos que Chapecó, Lages, Criciúma e Florianópolis são considerados municípios referência, imaginem o número de pessoas que estão na fila.

Mas eu não vim à tribuna apenas para dizer isso, até porque estaria sendo repetitivo e mudando números. O importante é o seguinte: diante disso tudo o que se está fazendo e o que vamos fazer?

Eu sempre relatei que o problema da saúde é a gestão do SUS, que ultrapassa a autoridade do secretário da Saúde, que ultrapassa a autoridade do governador do estado. Por quê? Porque a estrutura central do ministério da Saúde tem uma visão equivocada da gestão do SUS e precisa mudar. De tanto colocarmos isso desta tribuna, estamos vendo agora um grande farol, não é nem uma luz, que irá resolver essa questão, ou seja, o governo do estado vai intervir fortemente na gestão e com recursos para modificar esses números.

Quando o governo do estado pagava os médicos com vencimento mensal e eles ganhavam também um pró-labore por cada procedimento efetuado, havia 40% de procedimentos a mais do que atualmente. Ou seja, o médico ganhando apenas um valor fixo por mês acabou perdendo o estímulo.

Diante dessa constatação, o governo estadual editou três grandes medidas provisórias que, a meu ver, ajudarão a mudar bastante essa triste realidade atual.

A Medida Provisória n. 192/2013 institui o Programa de Estímulo à Produtividade e Atividade médica; o Programa Estadual Permanente de Mutirões de Procedimentos Clínicos e Cirúrgicos, e o Programa de Profissionalização da Gestão Hospitalar.

Nos últimos três anos de governo foi feito um grande estudo, no qual foram envolvidos entidades públicas e particulares, sindicatos, gestores e hospitais, tendo-se identificado os seguintes desafios:

1. O modelo de gestão é inadequado;
2. Os recursos são distribuídos nem sempre de forma eficiente;
3. Há falta de instrumentos formais que possibilitem uma gestão profissional dos hospitais; e
4. O sistema de remuneração tem reduzidos incentivos ao aumento sustentável da produção.

Segundo essa MP, será investida, ainda este ano, a soma de R$ 25 milhões; em 2014, R$ 83,9 milhões, e em 2015, R$ 93,1 milhões.

Se aumentarmos o atendimento em 50% vamos levar aproximadamente um ano e meio para consumir essa grande fila de espera.

Sr. presidente, a Medida Provisória n. 191/2013 dispõe sobre o incentivo financeiro aos municípios para consultas e exames de média complexidade.

A Medida Provisória n. 190/2013 dispõe sobre a criação e o incentivo financeiro de centrais de regulação, justamente para fazer esses encaminhamentos com mais eficiência. Para este ano estão previstos R$ 7,2 milhões; para o ano que vem, 2014, R$ 21,6 milhões; e para 2015, também R$ 21,6 milhões.

Então, sr. presidente, para nossa satisfação, percebemos que grande parte daquilo que vimos reivindicando está sendo atendido pelo governador Raimundo Colombo, que editou essas três medidas provisórias para injetar recursos que farão as coisas acontecerem na área da saúde.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Mauro de Nadal, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Sr. presidente, prezados pares desta Casa, público aqui presente, pessoas que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Digital Alesc.

Primeiramente, sr. presidente, quero fazer uma consideração elogiosa ao governador Raimundo Colombo, ao vice-governador Eduardo Pinho Moreira e, principalmente, à secretária de estado da Saúde, que nos autorizou, na semana passada, comunicar, lá no município de Palmitos, acerca da assinatura de um convênio da ordem de R$ 719 mil para que o Hospital Regional de Palmitos possa concluir as obras de construção, parte final de toda a infraestrutura, a fim de prestar atendimento não só aos munícipes de Palmitos, mas de toda a região. Com esse aporte de recursos do estado, o hospital poderá concluir a obra e implementar alguma especialidade que atraia pacientes de outros municípios daquela região. Hoje, embora já tenha a denominação de hospital regional, carece dessa infraestrutura.

O estado catarinense já foi parceiro daquele hospital, até 2011 repassou mais de R$ 1 milhão para a adequação da obra e agora está fazendo a terceira parte, ou seja, a parte final da obra, repassando R$ 719 mil para concluí-la em definitivo.

Estamos na Assembleia Legislativa desde 2011 trabalhando fortemente no objetivo de encontrar alternativas para que os hospitais do interior do estado, principalmente os localizados nos pequenos municípios, possam continuar mantendo as suas atividades, propiciando um atendimento de excelência às pessoas que moram mais distante dos grandes centros de atendimento.

Então, o nosso objetivo é trabalhar nessa parceria e tentar encontrar, de uma forma microrregionalizada, algumas alternativas que otimizem a ocupação desses hospitais. E nessa direção tramita na Casa, mais especificamente agora está na comissão de Constituição e de Justiça, a medida provisória que cria as centrais de regulação e possibilita a destinação de auxílio financeiro para os municípios realizarem algumas consultas especializadas.

As centrais de regulação terão influência direta na vida dos hospitais dos pequenos municípios, uma vez que estão concentrados no entorno dos polos regionais, que poderão utilizar leitos que hoje estão praticamente ociosos e abrigar alguns pacientes cirúrgicos.

Mas quero destacar, na tarde de hoje, uma de tantas reuniões que já realizamos com a Udesc e que desta feita aconteceu no gabinete da Presidência desta Casa. Estavam presentes eu, o deputado Marcos Vieira, a deputada Luciane Carminatti e também o presidente Joares Ponticelli, que ansiosos esperávamos da Udesc uma solução para o *campus* de Palmitos.

Já é do conhecimento de todos os catarinenses que a Udesc está num processo de descentralização do ensino universitário e acabou levando para o interior do estado catarinense vários cursos. No extremo oeste de Santa Catarina tivemos a instalação da Udesc nos municípios de Palmitos e de Pinhalzinho.

Pois bem. Em Pinhalzinho estamos com dificuldades de ordem estrutural e na semana retrasada, se não me falha a memória, o teto de uma das salas de aula desabou. Esses problemas já vinham sendo relatados à Udesc há muito mais tempo, que não tomou providência alguma. A sorte é que o teto não desabou na cabeça de algum aluno ou professor que estivesse na sala de aula.

Em Palmitos havia sido implantado o curso de Enfermagem, mas em virtude de um encaminhamento feito por alunos e pelo próprio conselho da Udesc, o referido curso foi retirado de Palmitos e levado a Chapecó. A nossa esperança, na reunião, era que o reitor trouxesse uma alternativa que restabelecesse do curso de Enfermagem em Palmitos ou até um curso dentro daqueles que foram levantados pela pesquisa realizada pela Associação Empresarial de Palmitos e pela secretaria de estado do Desenvolvimento Regional: Engenharia Civil ou Direito.

Infelizmente, não foi essa a notícia trazida pelo reitor e por isso estamos bastante preocupados. Acho que o nosso próximo passo é envolver o governador e o vice-governador nesse projeto, porque não podemos mais ficar aguardando a boa vontade da Udesc, que alega dificuldades financeiras e que sem um aporte de recursos de outras fontes não poderá fazer os investimentos necessários em Palmitos.

Entretanto, discordamos completamente dessa afirmação, porque entendemos que o orçamento já contempla esse curso, basta já com que o curso retorne para o município de Palmitos.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - V.Exa. nos permite um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Ouço, com muita satisfação, o nobre colega que participou da reunião de ontem, deputado Marcos Vieira.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Deputado Mauro de Nadal, v.exa. tem razão quando diz que foram inúmeras as reuniões realizadas por iniciativa do Poder Legislativo catarinense, tendo à frente, é verdade, o presidente da Casa, deputado Joares Ponticelli, e contando com a participação de v.exa., da deputada Luciane Carminatti e de outros deputados.

Havia um acordo segundo o qual no dia 10 de setembro a Udesc definiria que curso, afinal de contas, instalaria na cidade de Palmitos. Portanto, qual foi a nossa surpresa quando o reitor nos disse, na audiência pública, que se fosse para implantar um curso de Direito e de Ciências Contábeis na cidade de Palmitos, teria que ter uma disponibilidade financeira da ordem de R$ 8,2 milhões/mês. Se fosse um curso de Engenharia, a disponibilidade teria que ser de R$ 6,6 milhões, e de Direito, R$ 4,2 milhões.

Não era isso que esperávamos. A nossa esperança era o simples anúncio sobre qual curso de ponta iria ser instalado na cidade de Palmitos. Mas fruto de uma sugestão dada a ele pelos deputados, inclusive v.exa., reiteramos que ele teria prazo para resolver.

Infelizmente, ontem o reitor manteve a posição e quis passar a bola para esta Casa, a fim de que a Assembleia procurasse o governador e lhe pedisse um aumento do seu percentual orçamentário. Esqueceu-se a reitoria que nos últimos cinco anos o orçamento financeiro da Udesc passou de R$ 140 milhões para R$ 280 milhões. Apesar disso, nas regiões que mais precisam, nas regiões com menor IDH, a Udesc não se faz presente ou não tem os cursos de ponta para propiciar desenvolvimento.

Quero dizer, sobretudo, que a criação da Udesc foi fruto da administração de um grande catarinense visionário, que foi governador no início da década de 60, Celso Ramos. Ele criou a Udesc, a Celesc e deu ao oeste de Santa Catarina a condição de ter sua própria estrutura administrativa para impulsionar seu desenvolvimento, que foi a poderosa secretaria do Oeste, que hoje não existe mais.

Ora, a Udesc foi instalada mais no litoral do estado, nas cidades com mais qualidade de vida. E, infelizmente, no meio-oeste, onde ocorreu o maior conflito social da história do país, a Guerra do Contestado, e no extremo oeste a presença da Udesc inexiste ou é muito pequena.

Mas é oportuno o seu pronunciamento. Queremos crer que ainda há condição de uma reflexão para que a reitoria da Udesc possa, no dia de hoje, tomar a decisão de qual curso instalar em Palmitos, fruto da reunião do Conselho Universitário.

Muito obrigado, deputado!

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Agradeço, deputado.

Devo levar esse assunto ao conhecimento do governador nesta tarde, pois nos deslocaremos ao oeste, onde haverá vários atos do governo.

Em tempo ainda, quero destacar a minha indignação com fatos que presenciei no extremo oeste catarinense, na recuperação da BR-163. Esperamos tanto para que aquela obra saísse do papel e graças ao bom empenho e à cobrança de inúmeros parlamentares, dentre eles cito o deputado Padre Pedro Baldissera, hoje a obra está acontecendo. Mas causou-me indignação o fato de que ao lado da pista uma cratera se abriu em virtude da chuva, mas apesar de haver uma empresa fazendo a recuperação da rodovia, ninguém tem responsabilidade de tapar o buraco. Falta sensibilidade, o que custa para a empresa simplesmente pegar terra do barranco e fazer o complemento do buraco ou colocar um pó de brita? O que custa isso para a empresa, sabendo que a 10m dali uma pessoa trocava o pneu do carro por causa do buraco e que no final do dia capotou um carro no local?

Com esse requerimento queremos saber se a empresa é responsável por isso ou o DNIT, porque assim não dá para continuar.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Kennedy Nunes, por 14 minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, cidadãos que nos acompanham pela TVAL, hoje quero falar sobre dois assuntos.

Parafraseando o ex-presidente Lula, nunca antes na história de Joinville tivemos um governador que investisse tanto no Hospital Municipal São José como o governador Raimundo Colombo. O governador tem sido mais que um pai para o Hospital São José, que é um hospital municipal e que atende todos os municípios da região já que é referência em traumatologia.

Neste momento o governador está lá em Joinville repassando mais R$ 14 milhões para o Hospital Municipal São José, recursos que serão investidos no Complexo Emergencial Ulysses Guimarães, que começou com o prefeito Luiz Henrique, passou pelo prefeito Marco Tebaldi, pelo prefeito Carlito Merss e ainda se arrasta.

Digo isso agradecendo ao governador Raimundo Colombo e agora exigindo do prefeito Udo Döhler que comece a colocar o dinheiro do município também, porque, afinal de contas, aquele hospital é municipal e Joinville está em gestão plena em termos do Fundo Nacional da Saúde. O prefeito diz que a primeira ação que ele fez foi colocar o sistema de climatização, o ar-condicionado. Mas o ar-condicionado que o prefeito diz que foi colocado por ele, está sendo pago com verba do estado! Então, ele que diga a verdade. Ele que vá à imprensa e agradeça ao governador Raimundo Colombo por pagar o sistema de ar-condicionado do Hospital Municipal São José. Não pode governo estadual pagar e o prefeito dizer que foi ele que pagou.

Além disso, o prefeito Udo Döhler não pode mais reclamar da falta de recursos, porque o governo do estado nunca investiu tanto dinheiro no hospital. E torno a dizer que aquele hospital é municipal, é responsabilidade da prefeitura. Nós temos o Hospital Regional Hans Dieter Schmidt, que é estadual, e por isso não pode o governo do estado ficar sustentando esses dois hospitais da nossa cidade, sendo que um deles é responsabilidade do prefeito.

Por favor, prefeito Udo Döhler, diga que foi o estado que pagou o ar-condicionado, que é o estado que está dando R$ 14 milhões e que é o estado que colocou mais seis obstetras e outros profissionais na Maternidade Darci Vargas, maternidade em que eu nasci, maternidade pública de Joinville, mas que atende a toda a região.

Quero agradecer mais uma vez ao governador Raimundo Colombo, que tem sido mais que um pai para o Hospital São José, de Joinville, e que neste momento, além de fazer o anúncio das obras de fiação subterrânea, leva as autorizações de contratação desses profissionais para a Maternidade Darci Vargas e também para o Hospital Municipal São José.

Quero também agradecer à secretária Tânia Eberhardt que, diferentemente do ex-secretário Dalmo Claro de Oliveira, tem feito de tudo para que as coisas possam funcionar em Joinville e que também tem comunicado aos deputados quando as ações serão implementadas.

Deputado Romildo Titon, a comissão de Constituição e Justiça do Senado aprovou o fim do voto secreto. Eu adoro isso, porque esse negócio de votar secretamente não dá certo. Não estou aqui me representando, estou aqui representando aqueles que me elegeram, por isso todos devem saber como eu voto aqui, até mesmo na apreciação dos vetos.

Esses dias um jornalista, deputada Angela Albino, perguntou-me se eu era a favor do voto secreto na votação dos vetos. Eu respondi que há muito tempo não voto secretamente em nada. Eu, juntamente com o deputado Padre Pedro Baldissera, tenho um compromisso: votar sempre contra os vetos. Então, se houver apenas um voto contra o veto, podem crer que é o meu. Por quê? Por uma questão de conceito, pois entendo que quem legisla é o Poder Legislativo e o Executivo executa. E o que estamos vendo? Tudo que criamos aqui dizem que tem vício de origem e vetam. O Executivo, seja lá de que partido for, a todo instante está legislando e nós estamos fazendo o quê?

Então, por esse conceito entendo que nós, deputados, temos a responsabilidade de legislar, de criar leis e não o Executivo. Mas o problema é que todos os Executivos têm suas Procuradorias-Gerais que querem legislar. Daqui a pouco, deputado Sargento Amauri Soares, seremos apenas um balcão de homologação do Executivo. Por isso, por princípio, voto contra qualquer veto, porque a decisão sobre as leis é nossa.

Deputado Romildo Titon gostaria da sua colaboração. O que está acontecendo aqui com relação à transparência? Vamos supor que o deputado Romildo Titon apresente um projeto de lei. Ao entrarmos no *site* da transparência vemos o seu projeto de lei, o autor e toda a tramitação. O problema é que não estão sendo anexados à origem do projeto os pareceres das comissões.

Então, o que peço, deputado Romildo Titon? Peço que a Casa providencie que todos os pareceres das comissões e também quando um veto é oposto a projeto de origem parlamentar que ele seja anexado ao Portal da Transparência.

O que acontece atualmente? Eu sei, por exemplo, que um projeto está na comissão de Constituição e Justiça e que lá foi aprovado e assim sucessivamente, nas demais comissões técnicas. Quando o projeto é rejeitado em qualquer comissão, não aparece no *site* por que. O cidadão comum não consegue saber por que determinada matéria foi rejeitada.

No caso dos vetos, não há como saber, pelo site, qual é o veto. O cidadão tem que entrar no *site* pelo número do veto do governador para saber qual é o projeto, ou seja, é muito complicado e dificulta a transparência!

Sr. presidente e srs. deputados, dias desses um projeto de minha autoria foi vetado e um cidadão queria saber por quê. Assim, é preciso que no Portal da Transparência conste a raiz principal, o número do projeto de lei do deputado e a partir dali todos os pareceres das comissões, os vetos etc. Entendo que essa é mais uma forma de facilitar ao cidadão acompanhar a tramitação e o destino final dos projetos parlamentares apresentados nesta Casa.

Mais uma vez o nosso muito obrigado ao governador Raimundo Colombo por ser tão parceiro de Joinville.

Prefeito Udo Döhler, é muito feio não declarar o nome de quem está pagando as contas e fazer cortesia com o chapéu alheio! Meu pai dizia que é falta de respeito!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, gostaria de registrar a visita da turma de Gestão Pública da cidade de Rio do Sul, da Universidade da Uniasselvi. Entre os alunos podemos citar o vereador Diego Ramires Pereira, de Vitor Meireles, o vereador Jean Carlos Rizzieri, de Dona Emma, o vereador Luiz Carlos de Oliveira, o Lucas, de Witmarsum, e o prefeito de Dona Emma, Egon Gabriel Júnior.

Quero dar as boas-vindas, em nome da Assembleia Legislativa, a todos os acadêmicos de Gestão Pública, que estão, na verdade, aperfeiçoando os seus conhecimentos, uma vez que a maioria já trabalha com o poder público.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra a sra. deputada Luciane Carminatti, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Em primeiro lugar, gostaria de cumprimentar o prefeito do município de Dona Emma, Egon Gabriel Júnior, que está visitando-nos juntamente com seus colegas do curso de Gestão Pública.

Aproveito para convidá-los a participar de uma audiência pública no município de Rio do Sul, que vai tratar, a pedido da vereadora Zeli, do Centro de Referência em Atendimento à Mulher.

Quero cumprimentar o sr. presidente, as deputadas e os deputados e todos os que acompanham esta sessão.

Em primeiro lugar, quero enaltecer o brilhante trabalho que o Instituto Federal, nos seus 104 anos de existência, tem feito em termos de ensino profissionalizante de qualidade.

Se essas instituições não são a salvação da pátria, pelo menos são uma grande

porta que se abre para levar conhecimento, informação e tecnologia aos nossos jovens que, caso não consigam chegar à universidade, já terão uma profissão e capacidade de intervir, de produzir novas tecnologias e novas respostas à sociedade.

O segundo ponto que quero abordar com mais tempo refere-se a um pedido da ministra Maria do Rosário, que esteve conosco no dia 6 de setembro, em Chapecó, quando falou longamente sobre o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Viver Sem Limite, lançado em 2011, mas que no estado de Santa Catarina tem tido pouca adesão dos municípios.

A ministra nos pediu que intervíssemos junto aos prefeitos, no sentido de assinarem o termo de adesão, porque à medida que os prefeitos aderem ao plano, eles recebem recursos para investir em seus municípios.

Qual é a intenção do Plano Viver sem Limites? Ele tem o objetivo de incrementar iniciativas e intensificar ações desenvolvidas pelo governo em benefício das pessoas com deficiência. O plano tem ações articuladas em 15 ministérios e também conta com a participação do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, além de muitas contribuições da sociedade civil. Também envolve os entes federados, municípios, estados e união, e prevê um investimento, até o final deste ano, da ordem de R$ 7,6 bilhões.

Segundo o censo de 2010, do IBGE, o Brasil tem 45,6 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência. Isso representa 23,91% da população brasileira. Então, não estamos falando de poucas pessoas, mas de um número inexpressivo, estamos falando de quase um quarto da população brasileira que apresenta algum tipo de deficiência.

O que o Plano Viver Sem Limites tem a ofertar para os municípios?

(Passa a ler.)

"Na área da educação, o plano aplicará em torno de R$ 1,9 bilhão, e prevê a ampliação do acesso dos alunos com deficiência à escola regular, saltando de 229 mil alunos para 378 mil alunos. Nesses recursos o está incluída a adequação das escolas públicas e das instituições federais de ensino superior às condições de acessibilidade. Sabemos que a escola que não tem acessibilidade dificulta o acesso dos alunos.

O plano prevê ainda: implantação de novas salas de aula com recursos multifuncionais; atualização das salas já existentes; oferta de até 150 mil vagas para pessoas com deficiência nos cursos federais de formação profissional e tecnológica.

Na área da saúde temos uma previsão de R$ 1,5 bilhão a serem investidos na triagem neonatal, com inclusão de dois novos exames no teste do pezinho, além da implantação completa do exame em todos os estados até 2014. Prevê também a implantação de 45 centros de referência em reabilitação, garantindo atendimento das quatro modalidades - intelectual, física, visual e auditiva. No caso de Santa Catarina, os municípios de Chapecó e Joaçaba já foram contemplados com esses centros, que proporcionam um atendimento especializado, para que depois as pessoas possam ingressar no mundo de trabalho.

Haverá atendimento odontológico, com o aumento de 20% no financiamento do SUS para 420 centros de especialidade odontológica; formação de 660 novos profissionais da saúde em órteses e próteses até 2014, e aumento de 20% no fornecimento de próteses e meios auxiliares de locomoção.

Outro eixo do Plano Viver sem Limites é a inclusão social que busca investir R$ 72 milhões e garantir ao trabalhador que perde o emprego voltar a receber o benefício de prestação continuada. Prevê ainda a busca ativa e o encaminhamento ao mercado de trabalho para 50 mil beneficiários.

Por último, prevê a acessibilidade, que conta com R$ 4,2 bilhões, a construção de 1,2 milhão de moradias adaptáveis pelo programa Minha Casa, Minha Vida 2.

As obras de mobilidade urbana da Copa do Mundo de 2014 e do PAC 2 também serão adaptadas às pessoas com deficiência. Outras medidas preveem a implantação de cinco centros tecnológicos de formação de instrutores e treinadores de cães-guias, com microcrédito pelo Banco do Brasil para aquisição de produtos de tecnologias assistivas.

Essas ações reafirmam o compromisso do governo federal de assegurar a todos os brasileiros, sem qualquer discriminação, o direito ao desenvolvimento e à autonomia.

A base dessa responsabilidade está na Constituição Federal de 1988. O Plano Viver sem Limites tem atenção especial com as pessoas que se encontram em situação de extrema pobreza, que é um grande desafio para todos."

Então, quero fazer um pedido aos prefeitos de Santa Catarina que se mobilizem para aderir ao Plano Viver sem Limites, porque com isso a nossa sociedade se tornará cada vez mais democrática.

Muito obrigada, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Valmir Comin, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente srs. deputados, sras. deputadas, amigos da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, quero saudar os acadêmicos da Uniasselvi, de Rio do Sul, do curso de Gestão Pública. Sejam bem-vindos a este Parlamento.

Sr. presidente, tivemos a oportunidade, na manhã desta quarta-feira, na comissão de Finanças e Tributação, de analisar no mérito os últimos R$ 2 bilhões que o governo do estado coloca à apreciação deste Parlamento. Contando com este, já passaram pelas comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público financiamentos no valor de R$ 10 bilhões, conseguidos junto aos governos do estado e federal, principalmente no BNDES, no Banco do Brasil e no Banco Interamericano de Desenvolvimento, para dar suporte a ações baseadas em cinco vigas mestras: saúde, educação, segurança, infraestrutura e assistência social.

Entretanto, esses recursos não são a fundo perdido, ou seja, são empréstimos que deverão ser pagos a médio e longo prazo, com o suor do trabalho de cada um dos catarinenses. Porém é preciso ressaltar que feito como esse jamais ocorreu na história político-administrativa do estado catarinense.

Falo com muita tranquilidade até na condição de líder do Partido Progressista, pois tenho a honra de suceder o deputado Silvio Dreveck, que muito bem conduziu a nossa bancada até agora. É com muita tranquilidade, repito, que falo em nome do Partido Progressista, que hoje apoia o governo do estado sem condicionar esse apoio a absolutamente nenhum tipo de cargo. Isso nos dá, certamente, a liberdade de criticar e de elogiar quando necessário.

Por isso, vejo com muita expectativa esse grande momento que o estado vive. É evidente que esses recursos não vieram em função da cor dos olhos do governador, do vice e de sua equipe. Mas, sim, pelo esforço de gestão implementada pelo governo, que promoveu o enxugamento da máquina, conseguindo com isso dar musculatura e capacidade de endividamento ao estado, o que lhe permitiu tomar emprestados esses R$ 10 bilhões.

Para terem uma ideia da importância desses recursos, faço um comparativo com o estado do Rio Grande do Sul, que é muito maior do que o estado de Santa Catarina, que tem mais municípios e que, no entanto, conseguiu uma capitalização de somente R$ 2,5 bilhões, ou seja, 25% do que nosso estado conseguiu junto ao governo federal, numa parceria credenciada, evidentemente, pela presidente Dilma Rousseff.

Sr. presidente, reputo como as áreas mais importantes para receberem investimentos as de logística, mobilidade urbana, acesso aos portos e aeroportos. É isso que dá segurança jurídica para que os investidores possam estabelecer-se em Santa Catarina, que é um estado promissor, pujante e que representa apenas 1,1% do seu território nacional, mas que tem 5,6% das exportações brasileiras e mais de 4,5% do PIB do país.

Ressalte-se, catarinenses, que o governo do estado repassará R$ 500 milhões aos 295 municípios do estado sem distinção de cor partidária, a fundo perdido, sem a necessidade de contrapartida. Vejo com muita esperança.

Espero que a aplicação desses recursos seja exatamente naquilo que o governo anunciou, pois são obras e ações que permitem o fortalecimento da economia e a melhoria da qualidade de vida do povo catarinense.

Espero também, sr. presidente, que esses R$ 10 bilhões se multipliquem em R$ 50 ou R$ 100 bilhões, fazendo frutificar a nossa economia e a pujança desta terra de gente ordeira, empreendedora e trabalhadora.

Era isso, sr. presidente e srs. deputados, o que tínhamos para o dia de hoje.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou decisão sobre o recurso interposto pelo líder do PSD ao Requerimento n. 0006/2013, que solicita a constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito e que a mesma está publicada no Diário da Assembleia Legislativa n. 6.599, de 17 de setembro de 2013.

Comunica ainda que o prazo para recorrer da decisão do Plenário expira na próxima reunião ordinária da comissão de Constituição e Justiça.

Feita esta comunicação, esta Presidência registra com muita alegria a presença do defensor-geral, ex-presidente desta Casa, querido amigo deputado Ivan Ranzolin, que nos prestigia, que vem rever os amigos e que vem lembrar-nos que esta Casa também tem o compromisso com a solução de um grande problema que o estado precisa administrar, que é a pendência da Defensoria Dativa e uma estruturação orçamentária mais forte para a nossa Defensoria Pública.

Deputado Jorge Teixeira, fomos o último estado do Brasil a criar a Defensoria Pública, mas é preciso reconhecer, deputado Romildo Titon, que o esforço do deputado Ivan Ranzolin e de todos os membros daquela instituição já a colocou em posição de destaque em nível nacional.

Eu pude testemunhar isso quando representava esta Casa por ocasião da posse de 15 novos defensores públicos. Inclusive, a presidente da entidade nacional, que é do Paraná, dava conta de que no seu estado a Defensoria foi criada há mais de três anos e até hoje não foi implementada. Assim também ocorre no estado de Goiás, que há algum tempo criou a sua Defensoria, mas não a implementou.

A nossa, ao contrário, em tempo recorde, com poucos recursos e com esforço gigante de toda equipe liderada pelo deputado Ivan Ranzolin está consolidando-se.

Por isso, temos o desafio de resgatar o compromisso com a Defensoria Dativa, que é uma conta que ultrapassa a casa dos R$ 100 milhões e de ampliar a estrutura da nossa Defensoria Pública e o seu orçamento, para que ela consiga, efetivamente, dar as respostas que a comunidade espera.

Parabéns ao defensor-geral Ivan Ranzolin, que acaba de nos informar que aqueles 15 novos defensores empossados estão sendo deslocados para mais 14 municípios. E foi esta Casa - e o defensor Ivan sempre tem feito este reconhecimento - que emendou o projeto de lei e ajudou a definir o critério de haver uma representação em cada microrregião do estado, de acordo com a configuração feita pela Fecam.

Portanto, vamos ter, a partir de agora, a presença de pelo menos um defensor público em cada microrregião.

Parabéns, defensor-geral Ivan Ranzolin, v.exa tem o respeito e o comprometimento desta Casa neste desafio.

A Presidência comunica que a comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0537/2013, 0568/2013 e 0650/2013.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0045/2012.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0064/2012.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0470/2011.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em turno único da admissibilidade à Medida Provisória n. 0190/2013, que dispõe sobre a criação e a concessão de incentivo financeiro às centrais de regulação no estado de Santa Catarina.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela admissibilidade.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queria discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em turno único da admissibilidade à Medida Provisória n. 0191/2013, que dispõe sobre o incentivo financeiro aos municípios do estado de Santa Catarina destinado a consultas e exames de média complexidade.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela admissibilidade.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queria discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em turno único da admissibilidade à Medida Provisória n. 0192/2013, que institui o Plano de Gestão da Saúde, composto pelo Programa de Estímulo à Produtividade e à Atividade Médica, pelo Programa Estadual Permanente de Mutirões de Procedimentos Clínicos e Cirúrgicos Eletivos e pelo Programa de Profissionalização da Gestão Hospitalar.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela admissibilidade.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queria discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência determina a retirada da pauta da Ordem do Dia de hoje da Proposta de Emenda à Constituição n. 0002/2013, deixando-a para a próxima terça feira.

Conforme acordo de líderes, discussão e votação do Projeto de Lei n. 0309/2013, de procedência governamental, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito junto ao Banco do Brasil no montante de R$ 2 milhões para atender ao programa Pacto por Santa Catarina, e estabelece outras providências.

Em discussão.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Peço a palavra, sr. presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, para discutir, o sr. deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, com satisfação, após passarmos por toda a tramitação necessária pelas comissões de Justiça, de Finanças e de Serviço Público, e havendo um entendimento amplo com o governador do estado e com o secretário da Casa Civil, chegamos à condição de, neste momento, aprovar esse financiamento na ordem de R$ 2 milhões, fruto de uma complementação dos recursos que fazem parte do Pacto por Santa Catarina.

Eu gostaria de aproveitar este momento, sr. presidente, para esclarecer à sociedade catarinense que uma parte desses recursos faz parte do primeiro financiamento que aprovamos, de R$ 3 bilhões, mas naquele momento não tínhamos clareza sobre o pagamento de uma dívida que a Celesc tinha junto ao BNDES, com uma taxa de juros de 14%. O secretário da Fazenda e o governador entenderam que havia necessidade do pagamento dessa dívida, até porque se pagava mensalmente um valor muito alto de juros. Então, foram R$ 970 milhões daquele primeiro financiamento de R$ 3 bilhões.

Além disso, sr. presidente, também criamos por unanimidade nesta Casa o Fundo de Apoio aos Municípios Catarinenses, no valor de R$ 500 milhões.

Então, esses R$ 2 bilhões de financiamento do Banco do Brasil servem exatamente para cobrir os recursos retirados do financiamento de R$ 3 bilhões, sendo R$ 970 milhões para pagar o BNDES e R$ 500 milhões para o Fundo de Apoio aos Municípios Catarinenses - Fundam.

O saldo remanescente desses recursos estão disponíveis para aplicação nas mais diversas áreas previstas no projeto. E dentre essas áreas, a bancada do PSDB, através do deputado Marcos Vieira e do deputado Gilmar Knaesel, apresentou uma emenda destinando recursos para a capitalização da Casan.

O governador entendeu como importante essa sugestão desta Casa Legislativa e esses poderão ser os recursos destinados a servir de contrapartida que a Casan vai precisar nos próximos meses.

Então, o projeto em tela recebeu duas emendas, ratificadas pela comissão de Finanças e Tributação e, posteriormente, pela comissão de Constituição e Justiça.

E aqui faço, na condição de líder do governo, um agradecimento aos presidentes e a todos os membros que compõem essas comissões, pela forma madura e consciente como discutiram o projeto, fazendo as sugestões julgadas importantes pelo Parlamento. Também agradeço ao governador o entendimento que no dia de ontem, acatando uma emenda proposta pelos parlamentares da bancada do PSDB.

Era isto o que eu gostaria de esclarecer à sociedade catarinense: que esses recursos estão vindo exatamente para fazer frente a programas já aprovados por esta Casa.

Coloco-me à disposição para quaisquer outros esclarecimentos.

Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Deputado Aldo Schneider, duvido que tenha permanecido qualquer dúvida depois da brilhante síntese feita por v.exa., cumprindo muito bem o seu papel de líder do governo nesta Casa.

Informo que a matéria será votada com a emenda modificativa global contida a fls. 16 e com a subemenda modificativa a fls. 31.

Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência encerra a presente sessão, convocando outra, extraordinária, para as 16h18, destinada à votação da redação final dessa matéria e a dar sequência à pauta.

Está encerrada a sessão.

# PUBLICAÇÕES DIVERSAS

## AUDIÊNCIA PÚBLICA

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PROMOVIDA PELA COMISSÃO DE DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA PARA DEBATER A SITUAÇÃO DO MENOR EM CONFLITO COM A LEI, REALIZADA NO DIA 27 DE SETEMBRO DE 2013, ÀS 9H, EM LAGES**

**A MESTRE DE CERIMÔNIA JULIANE GONÇALVES ROCHA** - Autoridades presentes, senhoras e senhores, bom-dia.

Nos termos do Regimento Interno do Poder Legislativo catarinense, a Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente da Assembleia Legislativa, por proposição do Presidente dessa Comissão, excelentíssimo Deputado Serafim Venzon, dá início a esta audiência pública para discutir sobre os adolescentes em conflito com a lei e as medidas socioeducativas, como o Fundo para Infância e Adolescência estadual (FIA) pode ajudar a solucionar o problema.

Convidamos para tomar assento junto à mesa dos trabalhos as seguintes autoridades: excelentíssimo senhor Presidente da Comissão de Defesa da Criança e do Adolescente, Deputado Estadual Serafim Venzon; o senhor coordenador do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Luiz Azzi, neste ato representando o excelentíssimo senhor Prefeito de Lages, Elizeu Mattos; o senhor gerente de Fundos Especiais (FIA), Lúcio Marcelo Varela, neste ato representando o excelentíssimo senhor Secretário de Assistência Social de Lages, José Amarildo Farias; Comandante do 6º Batalhão de Lages, Tenente Coronel Roberto Vidal Fonseca; a senhora coordenadora regional da Associação Catarinense dos Conselhos Tutelares, Fabiana Amorim; a senhora Presidente da Comissão da Infância e Juventude da OAB/SC, advogada Elisabeth Hartmann; o senhor pró-reitor de Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação da Uniplac, professor Juliano Leite; a senhora gerente regional de Educação e Lages, Maria de Fátima Ogliari, neste ato representando o excelentíssimo senhor Secretário de Estado da Educação, Eduardo Deschamps.

Neste momento, registramos as seguintes presenças: Érmine Lúcia Chilemper, neste ato representando o Conselho Tutelar de Bom Retiro; Renilda Terezinha Arruda Santos, presidente do Conselho Tutelar de Painel; Vânia Mufatto, neste ato representando o Conselho Tutelar de Rio Rufino; Kátia dos Santos Oliveira, neste ato representando a presidente do Conselho Tutelar de Capão Alto, Tânia Ramos; Rosemeri da Silva Madruga Martins, coordenadora do Conselho Tutelar de Corrêa Pinto; Franciele Ribeiro de Oliveira, coordenadora do Conselho Tutelar de Lages; Marciano de Souza Pagani, neste ato representando o Conselho Tutelar de Urupema; Nelci da Silva Tomaz, coordenadora do Conselho Tutelar de São Joaquim; Rose Aparecida Andrade Oliveira, presidente do Conselho Tutelar de Bocaina do Sul; Ione Branco Ribeiro, presidente do Conselho Tutelar de São José do Cerrito; Erli Camargo, conselheira estadual do Conselho da Criança e do Adolescente; padre Dilmar Sell, coordenador do Fórum Municipal do Direito da Criança e do Adolescente e das Políticas Públicas; Ilizia Rodrigues, presidente do Conselho Tutelar de Anita Garibaldi; Francine de Barros, neste ato representando o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de Palmeira; irmã Maria Perini, diretora da Instituição Irmandade Nossa Senhora das Graças; Ana Paula Battistella, coordenadora do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS); Vanessa Baumgartem, coordenadora do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de Bocaina do Sul, neste ato representando o senhor Luiz Carlos Schmuler, Prefeito de Bocaina do Sul; Iris Fontana Ramos Matos, presidente do Conselho dos Direitos da Criança e Adolescente de Anita Garibaldi; Wilma Koerich, secretária da Assistência Lageana do Menor - ALAM, e vice presidente da Escola de Pais do Brasil, Seccional de Lages; Mateus Furtado, coordenador do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público do Estado de Santa Catarina; Adriana Cabral de Ataíde, coordenadora da Casa de Semiliberdade de Lages; Sueli Paim da Silva, presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; e o senhor gerente da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, Altair Ramos.

Com a palavra o excelentíssimo senhor Presidente da Comissão de Defesa da Criança e do Adolescente, Deputado Estadual Serafim Venzon.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Serafim Venzon)** - Já nos cumprimentamos, mas eu quero saudar de forma carinhosa todos vocês que vieram nesta audiência pública que tem a finalidade principal - atendendo uma intenção do governo de Santa Catarina - de aproveitar as oportunidades que temos de contar com a criatividade de todos os setores organizados da estrutura social e de buscar, então, novas alternativas para melhorar o atendimento, especialmente no tema que tratamos, da criança e do adolescente. Não apenas se referindo a alguns casos especiais, graças a Deus são raros os casos especiais que cometem algum ato, digamos, não condizente com a lei e com os costumes gerais, como buscar alternativas para todas as crianças, de tal maneira que a gente faça uma ação muito mais preventiva, uma ação propositiva. Para isso nós precisamos contar justamente com o apoio de toda a sociedade, especialmente com a estrutura já organizada que temos na área, e passar a ter resultados do ponto de vista prático.

Então, pela presença que eu vejo aqui de todos vocês, para mim é um dia muito especial por poder contar com vocês. Eu sou um sonhador nessa área. Fui Secretário de Assistência Social em 2011, portanto neste governo de Raimundo Colombo. [*Taquígrafa-Revisora: Sabrina Schmitz*] Hoje inclusive, por uma coincidência, nós temos três grandes eventos. O primeiro deles é este aqui; o segundo é a presença do Governador nesta cidade, que vem fazer a assinatura para convênios na área da segurança, da infraestrutura e outras e, terceiro, é um curso do Tribunal de Justiça e da Promotoria Pública do Estado de Santa Catarina para todos os juízes e promotores aqui em Lages. Por isso justificamos a ausência do doutor Tiago, Promotor de Justiça e do doutor Ricardo Fiuza, Juiz da Vara da Infância e da Juventude por estarem nessa agenda aqui em Lages.

Agradecemos muito a presença de todos vocês aqui, pois juntamente conosco, podem mudar a atual situação.

Eu fui, em 2011, Secretário da Assistência Social, e logo no começo fiz algumas análises para saber o que os governos normalmente vêm executando na área da infância e do adolescente.

Então, quando vemos o discurso do que precisa ser feito e o que se faz realmente, uma maneira de saber sobre isso é ter conhecimento do quanto está se gastando em relação a isso, porque aí dá para se ter uma ideia mais ou menos do que está se fazendo. Mas o governo como um todo não consegue fazer alguma coisa gratuitamente, ele vai gastar. Então, o recurso do FIA de 2002 a 2010, que é um instrumento legal que se poderia utilizar 1% do imposto devido das empresas sobre o lucro líquido, ou 6% do imposto devido das pessoas que pagam Imposto de Renda, naqueles oito anos não havia sido feita nenhuma movimentação. E pior ainda, o FIA estadual não tinha gestor nem conta específica; o Conselho estava em uma Secretaria e o Fundo estava em outra. Estava tudo de acordo para não funcionar como de fato não funcionou.

Então, por determinação do Governador, nós criamos a conta especial, escolhemos o gestor e acertamos a questão do Conselho passar para a Secretaria. Agora podemos utilizar o Fundo da Infância e da Adolescência estadual para promover essa participação. Mas ainda temos o Fundo da Infância e da Adolescência municipal, que é exatamente a mesma lei, que tem as mesmas prerrogativas, que é um belo instrumento em cada Município que pode utilizar os recursos através dessa lei.

Eu vejo esta reunião com muita expectativa e com certeza nós vamos sair daqui um pouco melhores. Com certeza também a sociedade vai sair beneficiada porque nós, aos poucos, estamos transformando o discurso em atos.

Quero agradecer a recepção das lideranças quando, na segunda-feira, aqui estivemos visitando, juntamente com a nossa equipe, o Case, o Casep, a Casa de Semiliberdade, o Conselho Municipal, o Crea, o CRAS, o Conselho Tutelar, a Prefeitura, a Câmara de Vereadores, o gestor do FIA, a Uniplac e a presidente da Associação dos Conselheiros Tutelares de toda a Amures para fazer um reconhecimento e um convite para se fazerem presente a este encontro. Quero também agradecer a Câmara dos Vereadores de Lages, na pessoa do seu Presidente, Vereador Hamilton Freitas, que nos cedeu este belo espaço.

Registro a presença do Vereador Mário Hoeller de Sousa, de Lages, e do Vereador Antônio Carlos Contezini, Presidente da Câmara de Vereadores do Rio do Campo, representando os Vereadores do Alto Vale.

Vou fazer agora rapidamente uma apresentação de alguns números e depois passaremos para as manifestações dos participantes da mesa e na sequência para a plateia com a finalidade de colhermos números, dados e opiniões para fazermos um relatório que chegará à Assembleia e ao governo. Com esse relatório esperamos que haja uma mudança de atitude.

(*Procede-se à apresentação imagens em PowerPoint* )

A audiência de hoje trata sobre a aplicação de medidas socioeducativas, mas é apenas a ponta do tema, é a ponta do *iceberg*. [*Taquígrafa-Revisora:Iwana L. Lentz*] Atualmente temos 309 adolescentes que cumprem medidas socioeducativas em 26 unidades diferentes, ou seja, em Case (Centro de Atendimento Socioeducativo), em Casep (Centro de Atendimento Socioeducativo Provisório), em casas de semiliberdades. Agora, 97 adolescentes não estão em nenhuma delas por falta de vaga no sistema.

Algumas infrações mais comuns que acontecem no Estado: daqueles 309, 68 são homicídios; 63 assaltos; 51 tráfico de drogas; 41 roubos; 21 furtos; e segue outros números menores.

Aqui em Lages nós temos aproximadamente 35, 36 adolescentes no Case e no Casep contando meninos e meninas; parece que são 6 ou 7 na casa de semiliberdade; e de 100 estão no Centro de Referência Especial de Assistência Social. Um grande número se refere à questão das drogas. Aliás, a droga, a dificuldade na renda familiar, e os desajustes familiares são os pivôs, os centros dessas questões.

Algumas medidas: advertência, reparação de danos, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, semiliberdade, e internação.

Com a estrutura superlotada para atender adolescentes infratores em Santa Catarina, a Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania tem grandes projetos pela frente, alocando para a área da segurança pública R$ 280 milhões, sendo que R$ 28 milhões serão dirigidos nesta área da infância e adolescência. Aliás, o governo nunca investiu tanto, ou melhor, vai começar agora; nesses três anos do Governador Colombo praticamente se planejou e se estudou onde buscar os recursos para as diversas áreas: infraestrutura, saúde, educação, segurança, etc. Se a gente olhar o recurso que o Estado tem; se tentarmos fazer o que precisaria ser feito, mas com o recurso do próprio Estado, sobra muito pouco; não daria R$ 500 milhões para um Estado com 295 Municípios. Imaginem se o Estado tivesse R$ 2 milhões por Município. Não é nada! O recurso da receita própria que o Estado tem seria muito pequeno. Então, graças a esses planejamentos estão sendo injetados nessas execuções mais de R$ 10 bilhões. Uma parte é fundo perdido, outra parte emprestada do sistema financeiro.

Então, para a área da segurança serão R$ 280,00 milhões dos quais R$ 28 milhões serão para a infância e adolescência. Apesar de serem números grandes, cabe uma observação: se a gente considerar que a infância (*sic*) vai até os 20 anos e que nós duramos em média 80 anos, 20 anos correspondem a 1/4 da vida de uma pessoa, sem considerar que a formação dela acontece nessa fase, até a adolescência, quando se forma o caráter. Na verdade, o volume de investimento teria que ser muito maior do que simplesmente um percentual equivalente. Ou seja, estamos investindo ali apenas 10%, mas teria que ser, no mínimo, 25% se fosse considerar a fração por idade. Se fosse considerar a questão da importância, talvez tivesse que ser 50%. É um número pequeno, mas de qualquer maneira bem maior do que já se fez em outras épocas. Por isso, agora temos o Case de Chapecó que está funcionando; o de Lages - depois o Altair vai fazer uma apresentação -, o Prefeito e o governo de Santa Catarina já estão acertando uma área nova para a construção de um novo Case dentro de conceitos modernos, para que seja realmente um processo de reinserção social; o de Joinville, está pronto, mas ainda não está funcionando, pois está faltando a Fatma dar autorização para funcionar a captação de água que tem que ser por um poço artesiano. Dá a impressão que a Fatma é adversária do governo, mas é um órgão do governo e o Case também. O de São José - o São Lucas -, que até o início do governo Colombo estava funcionando muito mal, foi derrubado, construindo-se um novo que, agora, dentro de três, quatro meses estará pronto.

Na prática, os direitos básicos, como saúde, alimentação, educação, não são respeitados na maior parte do sistema socioeducativo catarinense, como constatou a inspeção do Ministério Público estadual em abril deste ano.

O resto pode passar.

Bom, passo a palavra ao senhor Altair Ramos, gerente da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania.

**O SR. ALTAIR RAMOS** - Bom-dia.

Em nome da nossa Secretária de Justiça e Cidadania Ada De Luca, eu cumprimento todos os presentes. Justifico a ausência da Secretária em virtude da formatura de agentes socioeducativos que vão iniciar seus trabalhos no Case de Joinville. [*Taquígrafa-Revisora: Sibelli D'Agostini*]

A maioria do pessoal já conhece o nosso trabalho em Lages, mas para quem não conhece, estamos nos colocando à disposição na Rua Allan Kardec, 900, no Bairro Penha. Lá atendemos hoje adolescentes, tanto masculino quanto feminino, sendo que provisoriamente o feminino em virtude da reforma do PAI em Florianópolis.

A nossa capacidade é para 45 adolescentes, que são oriundos das mais diversas cidades, pois o Centro é regional. Neste Centro atendemos os adolescentes, aplicamos as medidas socioeducativas e tentamos, através dos meios disponíveis, ofertar a esses adolescentes a reeducação e a recuperação, para que possamos devolvê-los à sociedade bem melhores do que lá entraram.

Quero me colocar à disposição da plateia e das autoridades presentes para responder perguntas e dúvidas que tiverem.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Serafim Venzon)** - Com a palavra, agora, a senhora Adriana Cabral de Ataíde, coordenadora da Casa de Semiliberdade de Lages.

**A SRA. ADRIANA CABRAL DE ATAÍDE** - Bom-dia a todos. É uma satisfação estarmos participando desta audiência pública, buscando socializar a Casa de Semiliberdade, que este ano completa cinco anos de atividades aqui no Município e faz parte das medidas socioeducativas que são elencadas dentro do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). E faltava, dentro do Município, a existência desse programa para a aplicação das medidas no Judiciário.

(*Procede-se à apresentação de imagens em PowerPoint.* )

A Casa de Semiliberdade é a única casa de semiliberdade dentro do Município, dentro do Estado diretamente vinculada ao governo do Estado, à Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania. A nossa localização atual fica na Rua Wenceslau Franklin, no Bairro São Cristóvão, mas já estamos em processo de mudança, pois iremos para uma casa maior, podendo atender com maior eficiência e eficácia os nossos adolescentes. Então o nosso gestor responsável é a Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania (SJC), através do Departamento de Administração Socioeducativa (Dease).

Qual a missão da Casa de Semiliberdade? É executar diretamente a medida socioeducativa de semiliberdade com eficiência, eficácia e efetividade, garantindo os direitos previstos em lei e contribuindo para o retorno do adolescente ao convívio social como protagonista da sua história.

Nossa visão é tornar-se referência no atendimento ao adolescente autor de ato infracional, pautando-se na humanização e na personalização da medida, ou seja, trabalhamos o indivíduo como ser único, sem descaracterizar a questão do contexto socioeducativo, o contexto social do qual ele se encontra. Nossos valores são a ética, a justiça e o respeito ao ser humano.

Nosso público-alvo: nós atendemos, como Casa de Semiliberdade, somente adolescentes do sexo masculino oriundos da região da Amures, aos quais lhes tenha sido atribuída autoria de ato infracional e recebido a media socioeducativa de semiliberdade.

Mas veremos em seguida que estendemos um pouco o nosso público-alvo, pois não estamos atendendo somente adolescentes da região da Amures, porque pela falta de vagas, conforme o Deputado já colocou, estamos atendendo adolescentes de outras Comarcas, como Biguaçu, Florianópolis, Jaraguá do Sul, entre outras.

A nossa capacidade hoje é de doze adolescentes, e a Casa possui mesmo essa restrição de atender um número menor, um número pequeno de adolescentes porque ela se chama Casa de Semiliberdade e não instituição. Nós temos a visão de que a proximidade com o adolescente descaracteriza toda a questão de uma internação em meios privados, ela é uma casa, que se torna, entre aspas, uma família, e ali tem que ser trabalhado com esse contexto.

A metodologia de trabalho é focada em três eixos, saúde; educação e profissionalização; família e comunidade.

No eixo educação e profissionalização, trabalhamos através do ensino supletivo, do ensino formal regular, de cursos profissionalizantes, corte e costura. Todos os adolescentes que lá se encontram estão inseridos em programas, são obrigatoriamente inseridos em programas de educação através do Ceja, através do ensino regular e encaminhados a cursos profissionalizantes, quiçá também a trabalho.

Na questão saúde, há interação com programas municipais e estaduais: todos os atendimentos clínicos, médico-odontológico, palestras educativas, o CAPSi, o CAPS AD; Programa Saúde do Homem. Nós vislumbramos essa questão do trabalho em rede, o trabalho parceiro com todas as unidades, com toda a rede de atendimento do Município que atenda a criança e o adolescente. Então a gente coloca ali que CAPSi e CAPS AD é a porta de entrada do nosso adolescente, ou seja, todo adolescente que é acolhido na Casa de Semiliberdade, o primeiro passo é fazer integração no CAPSi e no CAPS AD para fazer todo o processo de triagem.

No eixo família e comunidade, temos reuniões de pais, trabalhamos muito a questão dos pais, porque não podemos desvincular a família e trabalhar somente o adolescente sem trazer para junto os pais, porque a família é a base de todo o contexto -

não adianta trabalharmos o adolescente isolado sem trabalharmos a família. Então fazemos visitas domiciliares, que são fundamentais para conhecermos o contexto do adolescente, de onde ele vem, o contexto sociofamiliar, o contexto de família, o contexto que integra todo o ambiente desse adolescente, porque é para a família que ele vai retornar. Então é fundamental essa questão da visita domiciliar para que possamos conhecer *in loco* a realidade desse adolescente. [*Taquígrafa-Revisora: Siomara G. Videira*] Visita das famílias à Casa; inserção das famílias em programas municipais, que muitas vezes não é o adolescente como se diz, o problema, mas sim a família que necessita do atendimento.

Nós nos pegamos muito na questão das normas complementares para organização e funcionamento do Sistema de Atendimento Socioeducativo Catarinense do regime restritivo e privativo de liberdade, então, hoje, há uma normativa de padronização de todo o atendimento do adolescente em conflito com a lei dentro do Estado, da qual já estamos nos inteirando e estudando para que todo o Estado de Santa Catarina possa agir de uma forma padronizada nesse atendimento ao adolescente.

E o Sistema de Informação para Infância e Adolescência (Sipia) e o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), que nós estamos alimentando para que o Estado de Santa Catarina em todos locais que o adolescente adentrar, seja acolhido, e as unidades tenham já o histórico desse adolescente através do Sipia e do Sinase.

A Casa de Semiliberdade ela está devidamente inscrita no Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente.

Passaram pela unidade há quatro anos, 113 adolescentes, para nós que bom se não tivesse passado ninguém, porque essa é a nossa intenção trabalhar a questão da prevenção para que o adolescente não precise ser posto e aplicado uma medida socioeducativa, mas infelizmente nós temos que ter essa criação da Casa de Semiliberdade e até mesmo a privação de liberdade.

A faixa etária de adolescentes atendidos, hoje nós atendemos uma faixa etária de 17 a 19 anos, na sua grande maioria, já são adolescentes que se tivessem a maioridade e cometesse crime ou ato infracional já adentraria ao sistema prisional, mas enquanto medida socioeducativa a gente ainda está com ele.

O total de adolescentes como foi falado, nós temos uma grande demanda dentro do Município de Lages, isso para nós é fundamental porque a aproximação da família, o trabalho quando o adolescente é da região nossa fica mais fácil o nosso trabalho, adolescentes que vêm de outras regiões, a gente necessita muito do apoio do Creas para que possa estar trabalhando a questão família e nos passando relatórios e fazendo todo o processo participativo.

Parecer geral das medidas socioeducativas, a maior parte dos nossos adolescentes, posterior ao cumprimento de medida socioeducativa da semiliberdade, eles são encaminhados, em sua grande maioria, para medida de liberdade assistida dentro do meio aberto da qual faz. O adolescente dará continuidade às metas da qual ele se propôs junto ao Poder Judiciário.

Agora temos um registro fotográfico *(aponta para a imagem)*, que são os anexos dos nossos atendimentos aos adolescentes, dinâmicas em grupo; reuniões; Projeto Comunicação, que são adolescentes que estão lá, que a gente faz todo o atendimento do interno também; oficina de artes junto ao Sesc, existem vários parceiros, graças à Deus, a gente conseguiu abarcar dentro do nosso projeto várias parcerias tanto na área pública como na área não governamental; trabalhamos como uma família qualquer, comemorações de aniversários dos adolescentes; dos funcionários, porque essa aproximação da Casa de Semiliberdade com os adolescentes é muito grande.

Esse também *(aponta para imagem)* são trabalhos voluntários, são cortes de cabelo; todos os CRAS do nosso Município eles são nossos parceiros, através de todos os mecanismos que lá eles tem, como oficinas; palestras educativas; acompanhamento pedagógico através da nossa pedagoga da unidade; as aulas de informática também pelos CRAS; os cursos profissionalizantes do Senai - o Senai é um parceiro indispensável ao nosso trabalho, do qual ele abre espaço em cada curso para uma vaga para cada adolescente nosso; as práticas esportivas, nós buscamos interagir nosso adolescente junto à comunidade como um adolescente comum, normal, quando comete um ato infracional, está se responsabilizando e pagando sua medida socioeducativa, mas não deixa de ser um adolescente normal que tem gosto pelo futebol, tem gosto pelo *skate*, pelo xadrez, e assim por diante.

Participamos muito de eventos culturais, não deixamos o adolescente restrito dentro da nossa Casa, a semiliberdade ela tem esse caráter de fazer o encontro do adolescente ao meio externo, socializando então a gente vai em eventos culturais como a Bienal do Livro, exposições fotográficas e assim por diante.

Festa do Pinhão, quase todo mundo se assusta: nossa levar o adolescente na Festa do Pinhão, mas nós levamos sim, o adolescente na Festa do Pinhão porque é um evento cultural de Lages e eles participam ativamente e com muita responsabilidade e compromisso.

O Projeto Jovem de Atitude trazendo o adolescente como protagonista da sua história e isso é trabalhado através da nossa estagiária de Serviço Social que implantou dentro da nossa Casa trabalhos que chamem a questão do protagonismo juvenil.

Outras atividades, são festas que são comemoradas dentro da Casa. Quanto ao certificado, a gente fica muito contente quando os adolescentes têm a sua certificação, através dos cursos que participam, porque eles estão aptos a entrar no mercado de trabalho; o horário de refeição.

As participações nos colóquios, hoje nós estamos com todos os adolescentes da Casa participando desse evento e assim por diante e visitas domiciliares.

Essa é a rede de desenvolvimento e convivência da qual nós colocamos o adolescente como foco central, mas toda a rede funcionando para que a gente possa fazer esse processo de ressocialização, reinserção sociofamiliar, é necessário parcerias, e as parcerias que nós temos hoje são de grande validade, são valiosas para a construção de um novo ser a esse adolescente.

Então embora ninguém possa voltar atrás e fazer um novo começo a gente pode começar agora e fazer um novo fim. O ser humano é um ser em construção e a gente aposta muito no nosso trabalho.

Seria isso, me coloco à disposição se houver algum questionamento. *[Taquígrafa-Revisora:Dulce Maria da Costa]*

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Serafim Venzon)** - A Casa Semi Liberdade é uma estrutura estadual, esta que ela apresentou, a Adriana não colocou, mas está sendo construída uma casa nova, porque a casa que atualmente está funcionando é uma residência normal que fica no centro da cidade, e ela terá melhores condições. A ideia é transformas esta casa parecida com a nossa e que os jovens participem também das atividades sociais como cinema, teatro, futebol, festa do pinhão, feira do livro, enfim os diversos eventos sociais com o objetivo de aplicar uma nova visão e reinserir o jovem como uma criança normal.

Quero agradecer e cumprimentar o Vereador Juliano Polese, de Lages, e o Vereador João Maria Chagas, de Lages.

Cada um anote suas perguntas e depois vamos conceder um ou dois minutos para fazer as perguntas ou a apresentação.

Com a palavra a senhora Camila Moraes de Oliveira, representando o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).

**A SRA. CAMILA MORAES DE OLIVEIRA** - Bom-dia a todos. Estou representando o CREAs, pela Secretaria de Assistência Social, e trabalho com adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativa em meio aberto, o nome fantasia é Serviço Vida Nova, que é um serviço de proteção social aos adolescentes em cumprimentos de medidas socioeducativa em meio aberto de prestação de serviço à comunidade e da liberdade assistida.

(*Procede-se apresentação em PowerPoint)*

Os dados dos serviços no ano de 2013. São profissionais, assistentes sociais e psicólogos que trabalham, tem duas assistentes sociais, duas psicólogas e no momento contamos com dois estagiários do serviço social supervisionados.

Estes são um pouco dos nossos recursos orçamentários: subvenção federal e recursos do Município e estamos devidamente cadastrados no municipal nos direitos da criança e dos adolescentes.

Trouxemos alguns dados dos adolescentes que ingressaram no serviço ainda este ano, por gênero. Em janeiro, do sexo masculino foram sete adolescentes e do sexo feminino foram cinco, em fevereiro, masculino 15 e do sexo feminino nenhum; em março, do sexo masculino foram quatro e do sexo feminino não teve nenhum; em abril, masculino 13 e feminino dois; em maio masculino 27 e feminino quatro; em junho, masculino 23 e feminino seis; em julho, masculino 25 e feminino três; em agosto, masculino 23 e feminino dois; em setembro, masculino 12 e feminino dois.

O total de adolescentes inseridos no ano de 2013 foram 202 adolescentes inseridos no serviço, mas alguns já foram desligados do serviço porque já concluíram a prestação de serviço à comunidade ou a liberdade assistida. O total de adolescentes desligados no ano de 2013, que também tem um pouco de adolescentes do ano de 2012, foi de 148.

A faixa etária dos adolescentes que temos atendido ainda este ano, trouxemos dados mais estatístico do ano de 2013, é de 12 anos; temos um adolescente em atendimento; temos quatro de

três anos; de 14 anos temos 10; de 15 anos temos nove; de 16 anos temos 24; de 17 anos temos 28; de 18 anos temos 17; de 19 anos temos seis; e de 20 anos temos um.

Adolescentes em atendimento no ano de 2013. No momento contamos com 106 adolescentes. No dia que o Deputado foi visitar tínhamos 102 adolescentes, sendo que os dados aumentaram em menos de três dias.

De prestação de serviço à comunidade temos 82 adolescentes; liberdade assistida 28; adolescentes que cometeram algum tipo de ato infracional no transito, direção sem habilitação, seis; o Grupo Arte Educação, que contamos com um Grupo Reflexivo, que vamos falar mais tarde, 12; e a porcentagem de reincidência, que são os adolescentes que praticam outro ato inflacionário e que já estão em cumprimento de outro ato inflacionário, a média está em 18%.

Vamos falar um pouco das instituições parceiras que temos, porque na prestação de serviço à comunidade os adolescentes prestam serviços gratuitos à algumas instituições. As instituições que são nossas parceiras: A Secretaria Municipal de Educação, que deviam ser todas as escolas e o centro de educação infantil da rede municipal, e a Secretaria de Educação, que deveria também ser todas as escolas da rede estadual.

Um breve comentário que fizemos, enquanto equipe do serviço Vida Nova e enquanto CREA, é em relação as dificuldades que enfrentamos para inserir os adolescentes nas escolas para estarem cumprindo a medida socioeducativo. A gente tem sim a parceria deles, não podemos negar isto, muitos acolhem os adolescentes, mas muitos têm resistência em acolher os adolescentes, sendo que temos sérias dificuldades em estar inserindo os adolescentes para cumprir medidas socioeducativas e alguns estão na fila de espera para cumprir serviço comunitário devido as negações das escolas em aceitar estes adolescentes.

Tínhamos parceria com o Conselho Tutelar Municipal de Lages e precisamos rever esta situação da parceria com eles. Temos parceria com o Asilo Vicentino; com a Associação Beneficente do Menino Deus; com a biblioteca do Município; com o Hospital Infantil Seara do Bem; com o Centro de Referencia de Assistência Social; com a Polícia Militar; com o Corpo de Bombeiros; e com o Centro de Direitos Humanos e Cidadania. Estas são as instituições que acolhem os adolescentes.

O nosso Grupo Reflexivo se reúne todas as sextas-feiras no Serviço Vida Nova. Este projeto acontece semanalmente sob a forma de grupo reflexivo e tem como objetivo intensificar o processo de socialização, proporcionar o desenvolvimento do pensamento critico, informações e formação para a vida, bem como proporcionar o resgate de autoestima do adolescente dentro das temáticas trabalhadas como sexualidade, drogas, cidadania, motivação, cultura da paz entre outras. [*Taquigrafa-Revisora:Jacqueline de O. V Bitencourt]*

Sendo que para serem trabalhados tais temas são usados diversos recursos, como visitas a campo, recursos de áudio visual, palestra, dinâmica de grupo, entre outros.

Essa é a apresentação que a gente tem do nosso serviço atualmente. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Serafim Venzon)** - Obrigado, Camila. Agora nós vamos passar, não teria como passar a palavra a todos os conselhos tutelares de cada cidade, mas vamos pedir à Fabiana, coordenadora regional da Associação Catarinense dos Conselhos Tutelares da Amures, então falará em nome de todos. Lembro que já cumprimentamos o pessoal de Lages, de Correia Pinto, de Palmeira, de Bocaina do Sul, de Anita, de São Joaquim, de Painel, de São José do Cerrito, de Campo Belo, de Otacílio Costa, que estão todos representados aqui.

Assim, passo a palavra à Fabiana Amorim, coordenadora regional da Associação Catarinense dos Conselhos Tutelares.

**A SRA. FABIANA AMORIM** - Um bom-dia Deputado, integrantes da mesa, bom-dia a toda a plenária, em especial aos conselheiros tutelares da regional. Nós temos doze Municípios representados aqui através de seus conselheiros, dos dezoito da regional, e quero agradecer aos colegas que atenderam ao convite, ao apelo e vieram.

Quando se fala em medida socioeducativa, adolescente infrator, na verdade eu acho que é uma polêmica em todo Município, independente se for serra ou por onde se andar em nível de Santa Catarina, em nível de Brasil. Na verdade nós, conselheiros tutelares, não atendemos adolescentes infratores, isso cabe à Polícia, ao Ministério Público, ao Poder Judiciário, e através das medidas socioeducativas são encaminhados aos programas competentes para a fiscalização dessas medidas. O nosso trabalho, enquanto conselheiros tutelares, é o de garantir que os direitos destes adolescentes infratores também sejam preservados, seja nas instituições onde eles possam estar cumprindo essas medidas socioeducativas seja no retorno deles à família.

E eu sempre digo que não adianta só construir mais unidades para estes adolescentes infratores se a gente não tiver medidas públicas que trabalhem a família, porque quando eles saírem de lá eles vão ter que voltar para a família. E se a família não dá uma estrutura, a comunidade, a sociedade não der uma estrutura, um alicerce a estes adolescentes, o que vai acontecer? A reincidência, e aí nós vamos nadar, nadar e morrer na praia.

Enquanto não se trabalhar a família, que é o alicerce para estar recebendo esses adolescentes de volta, eu vejo que a gente vai ter muito e muito trabalho pela frente ainda. Independentemente do fato de a minha cidade ter quatorze, quinze mil habitantes a minha realidade não é diferente da realidade da cidade de Lages, que tem 170 ml habitantes, de Municípios com três, quatro mil habitantes, enfim. O índice é menor, mas os problemas são os mesmos. Enquanto não trabalharmos isso, não iremos avançar.

Enquanto conselheiros tutelares, nós encontramos uma grande dificuldade para trabalhar, de repente muitas situações destas, de adolescentes infratores, poderiam não ter acontecido. Se tivéssemos também condições de trabalho e programas dentro dos Municípios que trabalhassem com estes adolescentes, a maioria dos Municípios da regional atualmente não conta nem com o Cras, aí fica difícil fazer um trabalho preventivo, que são feitos através dos programas dentro dos Municípios, sem contar que também hoje a maioria dos conselhos não tem condições mínimas e dignas de trabalho.

Os conselheiros tutelares hoje trabalham numa carga-horária de quarenta horas semanais mais plantão, na sua grande maioria. A maioria dos conselhos tutelares ganha um salário-mínimo e desconta-se ainda o INSS, de 8% a 9%, então volta menos de um salário-mínimo. Não tem o reconhecimento, muitos conselhos tutelares, para fazer qualquer tipo de atendimento que tenha que se deslocar da sede tem que estar mendigando carros nas secretarias, porque não tem carro; não tem computador, há conselhos tutelares que nem internet tem para acessar o sistema de informação, que é o nosso Sipia, que é o Sistema de Informação para a Infância e Adolescência. Para quem não conhece o sistema, este programa permite que todas as informações lançadas do Sipia *on Web* (na rede) possam ser acessadas em qualquer Município do Brasil.

Hoje, na serra, infelizmente a gente conta com somente quatro ou cinco Municípios usando este sistema; não temos apoio dos Municípios, dos Prefeitos, das secretarias às quais somos ligados e infelizmente na maioria dos Municípios nem sequer a conta do FIA é ativa, esta é outra triste realidade. E aqueles Municípios que tem o FIA, que poderiam estar aí com programas para garantir o direito da Criança e do Adolescente, muitos Municípios também não usam este dinheiro em prol, não usam da ferramenta.

E aí muitas empresas acabam deixando de fazer as suas doações para Municípios tendo em vista isso. E temos também muitos conselhos de direito que existem somente no papel dentro do seu Município. Como coordenadora regional eu tenho todos os Municípios e é triste a realidade encontrada. Eu sei que não é só aqui na regional Amures, é uma dificuldade em nível de Santa Catarina e em nível de Brasil. Mas não podemos cruzar os braços porque a nossa realidade é igual a dos outros, a gente tem que avançar. E para a gente avançar a gente tem que ter um trabalho em rede. E este trabalho em rede é que vai evitar muitos problemas como este, inclusive da situação do adolescente infrator. Se tivéssemos programas de prevenção dentro dos Municípios usados com este dinheiro do FIA, pela rede de proteção, de repente estes índices hoje apresentados seriam bem menores.

Eu trago, até diria que um desabafo dos conselheiros tutelares, porque nenhum conselheiro tutelar quer ter dentro do seu Município um adolescente infrator, ninguém quer isso, o nosso trabalho não é repressão; é garantir os direitos da Criança e do Adolescente, e este é um desabafo da nossa regional que faço como coordenadora. Hoje a gente não tem condições dignas de trabalho em 90% dos conselhos tutelares da nossa regional. Eu sei que falo isso e tenho o apoio dos colegas, e já que a rede está aqui, temos Vereadores e lideranças, que se voltem aos conselhos tutelares dos seus Municípios.

Falo em especial hoje a respeito da realidade de Lages, já que temos Vereadores aqui, que convoquem uma audiência pública também para discutir a criação de um segundo conselho neste Município. A Cidade tem mais de 170 mil habitantes e cinco conselheiros atendendo toda uma demanda, pois são mais de dois mil casos ao mês. Estes conselheiros tutelares hoje não têm vida própria; eles trabalham quarenta horas na sede, eles fazem mais o plantão e eles ganham o mesmo que eu ganho em Correia Pinto, que tem dezessete mil habitantes. *[Taquígrafo-Revisor: Eduardo Delvalhas dos Santos]*

Eu considero isso uma vergonha. E eu não ganho bem! Eu não digo que ganho bem porque a minha cidade tem dezessete mil

habitantes, porque eu trabalho. Eu trabalho. Eu ganho menos que muita gente que cumpre uma carga horária bem menor e, de repente, não estudou o que eu estudei e não está numa frente, como eu estou, assim como os meus colegas.

Então, faço esse apelo aos Vereadores: que convoquem essa audiência pública para discutir isso. Tenho certeza de que a frente da Comissão dos Direitos da Criança e do Adolescente na Assembleia, Deputado, através da sua pessoa, nos dará esse apoio e esse respaldo, principalmente na situação de Lages, hoje, e também em relação aos outros Municípios que estão na penúria em relação aos Conselhos Tutelares.

E deixar bem claro que o Conselho Tutelar é parceiro de qualquer programa e instituição que venha a trabalhar e garantir os direitos da criança e do adolescente. Nós temos o Luiz aí, na mesa - já foi conselheiro, não é, Luiz? Conhece bem a realidade também. Fiquei feliz em saber que hoje você está à frente do CMDCA aqui de Lages. Creio que também será um grande parceiro nessa luta que não é só minha, mas de todos.

E quando o Deputado esteve, também, em Correia Pinto, numa visita, nós fizemos um apelo para que vissem a situação dos veículos para os nossos Conselhos Tutelares. Hoje, 70% dos nossos Municípios da regional não têm carro. Alguns Municípios, hoje, não se fizeram presentes porque não tiveram como vir. Alguns vieram com carro próprio e pagaram do seu bolso. Então, essa é uma grande dificuldade, hoje, enfrentada pela nossa regional.

Então fica um apelo a toda a rede, em nome dos dezoito Municípios que compõem a nossa regional... Que também entendo as dificuldades enfrentadas pelos conselheiros tutelares, e que, realmente, quando há crítica em relação ao fato de que o Conselho Tutelar não atende situação de ato infracional é porque, realmente, não é nossa função. Então, esse seria um desabafo da regional em nome dos conselheiros tutelares. Seria isso. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Serafim Venzon)** - Muito obrigado, Fabiana.

Só para comentar um pouquinho as afirmações da Fabiana: está mudando, porque agora tem a Lei 12.696, determinando que a partir de 2015 vai haver uma eleição em todo o território nacional no primeiro domingo de outubro - assim, de quatro em quatro anos haverá a escolha dos conselheiros tutelares de cada Município, o mandato será de quatro anos e cada um pode ainda ir a uma reeleição. Havendo essa padronização, já dá para haver, na véspera das eleições, uma divulgação nacional da importância do conselheiro tutelar.

Hoje, o conselheiro tutelar está muito desconectado - não por parte dele, mas a estrutura política não liga o que eles observam, não promove a mudança. E o que se quer é que haja a mudança lá onde está a família em que o menor está sendo agredido porque a renda familiar é insuficiente, ou pela casa que não existe, pela escola... Enfim, uma série de coisas que precisariam ser mudadas para mudar aquele ambiente. Só que eles não conseguem ser ouvidos para fazer essa mudança, mas eu acredito que isso é uma questão de tempo.

E vocês não precisam ficar desanimadas por isso. Por quê? Porque a Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente - que tanto se fala que o investimento tem que ser na criança porque ali que nós formamos a pessoa, o jovem, o adulto de amanhã - só foi criada no ano passado também! Sabiam? Antes, os direitos da criança e do adolescente estavam diluídos dentro da Comissão geral dos Direitos Humanos, que daí fica um termo muito vago: direitos humanos, o que é isso? Mas nem sei, nunca se fazia alguma reunião de importância.

Então, de três anos para cá foi criada a Comissão Permanente de Combate às Drogas, a Comissão Permanente das Pessoas com Deficiência Física, porque nós tanto falamos que mais de 20% das pessoas tem alguma deficiência, e o que se faz para isso? Se alguém que precisa comprar um carro especial apresentar os documentos, ainda não existe nenhuma estrutura nas regionais para dar guarida, para auxiliar essas pessoas a preencher o documento e poder ter acesso a esse benefício que teria a pessoa com alguma deficiência. Mas agora tem a Comissão, o Deputado José Nei Ascari está comandando aquilo e, de certeza, devagarzinho vai mudando.

Como vamos mudando nós, aqui, com a Comissão dos Direitos da Criança e do Adolescente. Apresentei algumas mudanças que promovemos neste governo; o ECA, o Estatuto da Criança e do Adolescente, tem 23 anos, mas ele é uma lei e, como dizia São Paulo, de nada adianta a gente fazer muita oração e muita prece se não se transformar em ação. Então, o ECA, por enquanto, é uma grande prece, mas ainda não se transformou em ação, em coisa real que vai mudar a condição da criança e do adolescente. Mas estamos caminhando nesse sentido e por isso que os conselheiros tutelares, podem ter certeza, devagarzinho vai modificando, sim.

Já tem essa lei, essa estrutura... Nós estamos aqui com o professor Ronaldo Moreira - levante aí para a turma te ver um pouquinho! O Ronaldo é da nossa Comissão e ele é técnico, especialmente, para dar atenção à aplicação dos recursos do FIA. Um dos desafios é utilizar esse recurso do FIA em projetos que poderiam ser executados pelo Conselho Tutelar, e aí utilizar o recurso então para deslocamento, para ter uma estrutura de computador, telefone, programas de informática e tal. Quer dizer, hoje nós não podemos trabalhar de facão no meio de uma guerra dessas, em que o crime, a diferenciação social age com uma velocidade digital, e deixar o Conselho a pé. Então, estamos aí buscando essa maneira de instrumentalizar.

E ainda comentar, dizer da nossa grande expectativa... Nessas visitas que fiz, visitei também o Prefeito Elizeu Mattos, que foi Deputado Estadual comigo na Assembleia, e ele, no mesmo dia, já determinou à sua assessoria um conjunto de ações. Uma delas é fazer uma divulgação do FIA, estudar todas as maneiras de aplicação, fazer um trabalho de contato direto, pessoal, dele, com empresários, com as pessoas que pagam Imposto de Renda, para utilizarem... Não precisa pagar do seu, não queremos que ninguém pague do seu! Não. O dinheiro que é o salário, deixa para ele. Nós só queremos 6% daquilo que ele vai pagar para o Leão, que bote aqui no FIA de Lages, no FIA de Correia Pinto, de Bocaina, de Palmeiras, de Anita, enfim, no FIA do seu Município. Então, em vez de ir para Brasília, depois lá nós passamos um trabalho danado para buscar, e quando a gente busca tem que pagar ainda com juros para devolver ainda com juros. [*Taquígrafa-Revisora: Carla Greco Granato*] Então, se depositar já fica direto, já usa para projetos feitos aqui. Mas isso vai ser apresentado adiante pelo Azzi, pelo Varella, pelo Juliano, vão será presentadas essas expectativas.

Com a palavra a Maria de Fátima Ogliari, gerente regional de Educação e Lages, neste ato representando o Secretário de Estado da Educação, senhor Eduardo Deschamps. **A SRA. MARIA DE FÁTIMA OGLIARI** - Obrigada. Eu cumprimento o nosso Deputado Serafim Venzon e em sem nome todas as autoridades que se fazem presentes aqui. Também quero cumprimentar todos os representantes de entidades que participam deste momento de debates. Quero aqui trazer o abraço do nosso Secretário de Estado da Educação, professor Eduardo Deschamps, que por outros compromissos, Deputado, não pode ser fazer presente nesta audiência.

Eu quero colocar rapidamente que nós, enquanto educadores, enquanto Gerência de Educação, a questão dos menores infratores. A gente fica muito feliz quando escuta, quando vê os relatos aqui do nosso Case, a gente inclusive acompanha e sabe da beleza, da maravilha que é e que está sendo esses nossos jovens em sua inserção na comunidade. Também escutamos aqui atentamente o relato da nossa conselheira, fazendo o seu apelo, enquanto Conselho Tutelar das demais entidades aqui da nossa Amures.

Eu quero lançar aqui um desafio, enquanto professora. Março do ano que vem, Deputado, eu completo quarenta anos de educação e vou deixar a educação, vou me aposentar com uma grande angústia, enquanto educadora, e essa angústia não é só minha, enquanto educação, são de todos os meus colegas professores. Qual é o caminho? O que fazer com todos esses menores que estão sob o nosso domínio, sob o nosso comando, enquanto educação? Sabemos, de acordo com os dados apresentados até agora, de alguns menores que estão sendo assistidos e trabalhados. Nós estamos muito felizes por essas ações. Mas o que fazer com aqueles menores que estão lá dentro das nossas unidades escolares e que neste momento estão nos agredindo, agredindo os nossos professores, agredindo os colegas, agredindo até mesmo - vou contar a vocês - dando pontapés nos vigias da frente da escola. Qual é o encaminhamento que fazemos? Família! O que vamos fazer enquanto família? Nós, da educação, estamos passando, estamos sendo vítimas desses menores que ainda estão conosco lá. Que tipo de encaminhamento?

Ficamos, às vezes, Deputado, bastante decepcionados com algumas autoridades quando fazemos relatórios, quando nos reunimos, vamos até o Ministério Público, pedimos ajuda e nada é feito. E os menores continuam lá dentro da unidade escolar. Nós queremos que eles continuem, nós somos a favor, mas que medida? Que acompanhamento? Eles não estão tendo esse acompanhamento. O acompanhamento está existindo nesses setores.

Dos 27 mil alunos da nossa região, da abrangência da 27ª Secretaria de Desenvolvimento Regional, nós estamos com um problema grave e quem é de Lages, quem é da região sabe o que estamos enfrentando. Quando recorremos aos conselheiros, sabemos que o Conselho Tutelar não está para trabalhar no... e os nossos professores nos pedem ajuda. Então nós sempre temos um paliativo, que é a Polícia Militar que chega na hora e nos ajuda naquele momento, nos dá proteção. É como se fosse um analgésico

para nós, educadores. É alguma coisa que vai curar a dor ali na hora. E depois, o que fazer? Eu espero que este espaço de discussão nos traga uma alternativa enquanto educação. A nossa função social da educação é estar fazendo essa mediação do conhecimento e nós não estamos preparados para atender esses casos lá na educação. Quem vai nos ajudar? E nós precisamos de uma resposta imediata das autoridades e da sociedade como um todo.

Então, eu quero deixar aqui neste momento: a educação não só da região serrana, mas toda a educação do Estado está em desespero! Nós estamos sendo agredidos e nós não estamos tendo respostas. Nós temos um analgésico. Aquelas pessoas que prontamente nos auxiliam. E neste momento, aqui em Lages, a gente quer agradecer a Polícia Militar que é quem na hora que estamos em desespero chega e nos ajuda. A polícia leva o menor, mas amanhã ele está ali de novo conosco fazendo ameaças aos nossos educadores e batendo. Vocês podem acompanhar pela mídia que diariamente estamos tendo um caso desses. Eles estão invadindo as escolas, eles estão adentrando. Recentemente, numa das nossas maiores escolas, há cerca de duas semanas, um menor entrou com o uniforme da escola, Deputado, para agredir outro lá dentro, e agrediu violentamente. Chamamos a polícia, a polícia o levou, mas no dia seguinte ele estava lá de novo dentro da escola. E agora o que fazer?

Nós queremos, enquanto educação, pedir socorro. A escola não pode mais ser palco da violência. O que fazer com as famílias? Eu escutei alguém falando na plateia, que realmente nós, educadores, sabemos que os nossos estudantes são um produto do meio. Mas o que vamos fazer com as famílias?

Então, neste momento, nós queremos nos colocar aqui a serviço, enquanto educação, já participamos das redes, mas queremos deixar aqui, eu faço em nome dos 2.500 educadores da nossa região, nós precisamos de respostas urgentes. Quem vai nos ajudar?

Muito obrigada. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Serafim Venzon)** - Com a palavra a senhora Erli Camargo, conselheira estadual do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente.

**A SRA. ERLI CAMARGO** -

(*Cumprimenta as autoridades e demais presentes.*)

Primeiramente, quero dizer quem eu sou? Eu não sou só conselheira estadual do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, membro da mesa diretora do Conselho, eu sou também coordenadora do Movimento Nacional de Direitos Humanos em Santa Catarina, sou também coordenadora do Fórum Catarinense pelo Fim da Violência e Exploração Sexual Infanto-juvenil. [*Taquígrafa-Revisora: Sabrina Schmitz*] Aqui em Lages eu coordeno a comissão de monitoramento do protocolo de atenção a vítimas de violência, e me deram uma incumbência que é a coordenação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher. Então, eu tenho um peso bem grande nas costas, mas o que eu quero dizer vai mais ou menos na linha de raciocínio aqui colocado pela Fabiana.

Nós temos visitado, Deputado Venzon, todo o Estado como fórum, como movimento, como rede de educação cidadã - de onde também faço parte como educadora popular - e tenho visto o grito agonizante dos conselhos tutelares e dos conselhos de diretos.

Quero fazer um histórico, mas serei breve, apesar de ter anotado várias coisas fundamentais a serem ditas neste momento porque é o momento oportuno. V.Exa. esteve em uma plenária do Cedica, que apresentou a sua proposta, e nós atentamente ouvimos e inclusive fizemos algumas perguntas. Agora tenho a oportunidade de dizer perante à região da Amures algumas angústias que nos colocam a realidade pela qual nós temos passado.

Eu fico bem admirada de ver que o Governador Raimundo Colombo passou três anos planejando. Curiosa situação! Deveria passar um ano planejando e três anos executando. Mas, tudo bem! Lidamos com isso e temos que administrar. (*Palmas.*)

O FIA estadual realmente ficou parado, mas o Cedica também ficou. E as deliberações que passam nesse Conselho, passam para ver o que fazer com o FIA; envolvem campanhas, envolvem ações e tudo mais. Junto a isso o Cedica também ficou - V.Exa. disse e eu repito, porque isso deve ser enfatizado aqui - sem saber quem era o pai e quem era a mãe, como Secretaria administrativamente vinculada. Essa é uma situação grave. Então, os conselheiros não tinham condições de trabalhar.

Eu não vou dizer que os conselheiros municipais não têm condições de trabalhar por conta disso, temos notícia de todo os Estado que os conselheiros muitas vezes são boicotados em suas ações de forma dramática. E um exemplo para ilustrar! E é o que está acontecendo agora na atual Secretaria a qual o Conselho está vinculado, que é a Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Habitação.

Quem quiser pesquisar no Diário Oficial do Estado vai poder ver a Instrução Normativa nº 1, datada de 1º de fevereiro de 2013, que proíbe que fóruns das entidades da sociedade civil se reúnam nas dependências da Secretaria. Isso para todos os fóruns, não somente para os fóruns das entidades não governamentais e do Cedica, mas para todos os fóruns de todos os Conselhos que lá estão. A sensação que temos é que não se tem compreensão do que realmente é o trabalho que deve ser feito pelo Conselho e qual é o papel da Secretaria que o acolhe para fazer com que o trabalho aconteça.

Em resumo, nós estamos em maus lençóis, porém caminhando. Mas caminhando a passos bastante otimistas. Algumas coisas V.Exa. tem conhecimento, outras não, mas trazemos para reflexão, ou seja, apesar de termos parcerias e estarmos trabalhando.

No ano passado o grupo anterior de conselheiros fez um planejamento de encontro mesorregionais; seis mesorregiões em Santa Catarina... Eu cheguei ontem de Forquilhinha, mesorregião de Criciúma, e lá realizamos um encontro também. São encontros com previsão de participação de trezentas pessoas cada um. O primeiro aconteceu em Florianópolis, o segundo aqui em Lages, depois aconteceu em Chapecó, depois em Joinville e Forquilhinha, como relatei. O próximo será em Balneário Camboriú, na mesorregião de Itajaí.

O que estamos procurando com esses encontros? Perguntar para conselheiros e para o sistema de garantias, para a rede de proteção à criança e ao adolescente... e não ao menor, professora Fátima, me desculpe. Vamos atualizar a terminologia. (*Palmas.*) E também não é adolescente infrator é adolescente de ato infracional. Nós precisamos atualizar a linguagem para podermos gradativamente educar o nosso ouvido e as nossas ações para o rumo certo. O ECA não é fé, o ECA é lei, e as obras que o fazem valer precisam ser pensadas por nós.

Eu anotei outra questão: o FIA estadual tem o seu gestor, mas esse gestor é também conselheiro estadual, e o Tribunal de Contas não recomenda isso. Então, eu pediria, Deputado Venzon, que isso fosse levado para o governo a fim de decidirem. O padre Caon vai ser conselheiro ou vai ser gestor? Se puder ser as duas coisas nós vamos nos resignar.

Nós percebemos que tem alguns furos na rede e esses furos têm a ver com coisas que não coadunam com a realidade quando falamos, por exemplo... aliás, detectamos no Estado que existem conselheiros tutelares sem formação, lamentavelmente, sem condições de operar dentro do sistema porque não compreenderam qual é o seu papel. O Cananda - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - recomenda que tenhamos um cuidado especial com a formação permanente. E eu acho que nós estamos no rumo certo - faço parte da comissão de capacitação e políticas públicas do Cedica - quando estamos pensando que a partir desses encontros mesorregionais estamos coletamos dados riquíssimos para compor o plano decenal (e temos o prazo para completá-lo até julho do ano que vem); o plano de implementação plena do Sipia Sinase; o plano de enfrentamento à violência e exploração sexual infantojuvenil, que inclusive foi feito e não foi assinado, foi guardado numa gaveta e até agora não descobrimos em qual gaveta está guardado. E isso foi em 2009. Resgatamos a sua cópia em outro setor por cuidado da pessoa. E o fórum catarinense tinha uma cópia e estamos resgatando isso. Fizemos, inclusive, um grupo de trabalho para tratar esse tema.

Além do plano decenal, do plano de enfrentamento à violência, temos também o plano de convivência familiar e fortalecimento de vínculos, que está sendo elaborado, a partir, obviamente, de coleta de dados e de pesquisa de campo ampla. Inclusive eu chamo a atenção para o assunto e gostaria muito que a CCT fosse nossa parceira.

Outra questão importante, Deputado Venzon, conselheiros aqui presentes e autoridades em geral, nós temos notícias e relatórios que inclusive sofreu uma intervenção. [*Taquígrafa-Revisora: Iwana L. Lentz*] Eu diria assim uma intervenção, por falar de algum modo, do Conanda que veio visitar Santa Catarina - para a nossa surpresa -, porque havia denúncias de tortura no Case de Joinville. Não vou falar do São Lucas, porque é outro departamento grave também. Mas, eis que, na continuidade dos fatos, descobrimos também que não foi apenas um problema com a Fatma - a Fatma não iria mesmo, porque seria imoral dar uma licença de funcionamento para um prédio cujas paredes eram ocas, com material de péssima qualidade.

Então, adolescente não comete crime, adolescente comete ato infracional. Crime é corrupção! Crime é desvio de verbas as quais deveriam ser aplicadas devidamente! Mas fazem prédios desse tipo que precisam ser revisados de cabo a rabo, gente. Isso é uma coisa doida, inconcebível que precisa ser, inclusive, denunciada, e estamos fazendo isso.

Os Conselhos Tutelares sem formação. Daí vem a questão: escola de Conselhos. Foi aprovado o projeto... eu represento o

Cedica, um grupo gestor dessa escola de Conselhos. Uma outra situação dramática, porque agora se pergunta: como vamos contratar os profissionais, monitores dos temas, enfim, já que a verba é federal e estão injetados ali mais de R$ 500 mil?. Esses temas precisam ser trabalhados e aí vem uma gama de possibilidades. Nós ficamos mais de seis meses perguntando como iria ser a contratação dos professores, porque tinha uma discussão tremenda: é por licitação ou por chamada pública? Todos os editais abertos pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República são abertos dizendo que são por chamada pública. E no Estado barrou no jurídico e eu sou advogada e posso dizer isso com bastante tranquilidade: a contratação não pode ser por chamada pública; tem que ser por licitação. E no pacote você não tem certeza se a empresa que apresenta cursos a granel vai ser aquilo que realmente pode ser colocado como prioridade para os Conselhos de direitos e os Conselhos Tutelares.

Outro tema: progressão de medida da semiliberdade para a liberdade assistida não pode ser automática, pois tem que passar pelo juiz. Esse encaminhamento é errôneo e, se estiver acontecendo, tem que ser corrigido.

O apoio das escolas para prestação de serviços à comunidade. Primeiro, você mandar alguém para a escola para fazer serviço geral? Lá tem uma servente. Será que a escola não tem criatividade o suficiente para adequar com alguma outra coisa que seja realmente socioeducativa? (*Palmas.*)

Fico bem feliz que a gente esteja dizendo aqui reiteradamente que os adolescentes são normais. Eu sempre os tive como normais. Então, eu me admiro de alguém ter que dizer isso, porque adolescente é normal e tem que ser tratado como normal. Ele não deixou de ser gente. Nós potencialmente temos capacidade de nos tornarmos criminosos de um minuto para o outro. Isso precisa ser pensado também.

Fico feliz em saber também que há uma preocupação com Apomt (Aviso por Maus-Tratos Contra Criança o Adolescente) e com o Apóia (Programa de Apoio à Evasão Escolar). E fico triste que temos mais de cinco Comarcas - acredito - na região e não há nenhum juiz ou Promotor presente. O Apomt e o Apóia precisam ser revisados ou pelo menos colocados em ação.

Sipia-CT. Como que num Conselho Tutelar que não tem um computador com um sistema operacional adequado vai operar um sistema que exige os pré-requisitos mínimos de *hardware*? Meu Deus do céu, 23 anos de Estatuto, já fiz um curso em 1998 sobre Sipia na época em que fui conselheira tutelar e até hoje há Conselhos Tutelares que não têm o Sipia instalado. E tem gente ainda ganhando voto com isso!

Enfim, precisamos rever princípios para podermos dizer que precisamos fazer alguma coisa. A rede precisa funcionar, mas a rede precisa de apoio, de sustentabilidade, de pessoas preocupadas. Acho que nesta mesa e nesta platéia há pessoas preocupadas.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Serafim Venzon)** - Muito obrigado.

Tenho certeza que somando os seus sonhos juntamente com os nossos vamos mudar essa realidade.

Passo a palavra ao Tenente Coronel Roberto Vidal Fonseca, Comandante do 6º Batalhão de Lages.

**O TENENTE-CORONEL ROBERTO VIDAL FONSECA** - Cumprimentando o Deputado Estadual Serafim Venzom, eu cumprimento todos.

Hoje eu tive uma convocação e um convite. A convocação era para estar com o Governador que hoje está na cidade de Lages e o convite era para participar desta audiência pública. Logicamente, a minha opção foi estar aqui presente, porque o tema é bastante relevante e preocupa muito a Polícia Militar.

Antes de assumir o comando do 6º Batalhão, eu também tive a oportunidade de trabalhar quatro anos na Secretaria de Justiça como corregedor. Quando eu estive no presídio de Joinville assumindo a direção interina de lá, eu me lembro de um jovem de 27 anos, 28 anos que tinha cumprido quatro anos de prisão. Eu, conversando com ele, disse o seguinte: bacana, cumprisse os quatro anos. Agora, vou pedir para a viatura te levar até a tua residência. Isso porque eu imaginei que a família estivesse ansiosa, contente, esperando-o por ele ter cumprido sua obrigação. Isso era umas 14h da tarde. Umas 21h o agente retornou e me disse: "Olha, foi um trabalho. Levei-o na casa da mãe e ela não quis aceitá-lo, porque lá ela disse que o irmão iria matá-lo. Levei-o para a casa da tia, mas ela disse que não tinha condições..." [*Taquígrafa-Revisora: Sibelli D'Agostini*] Aí ele conseguiu com um conhecido ficar aquela noite na casa dele.

Diante desse fato, com o nosso trabalho na segurança pública, comecei a questionar as causas, e foi uma experiência gratificante passar o dia conversando com os condenados. Eu fiz mestrado na área da criminologia e a gente sabe, qualquer um de segurança sabe - e o meu foco neste momento é o adolescente em conflito com a lei - que para existir o crime é obrigado existirem três elementos: o criminoso motivado, uma vítima vulnerável e um ambiente favorável. E no sistema prisional a gente percebe que existem pessoas para as quais a ressocialização realmente é muito difícil.

Então, a política de segurança se faz da seguinte maneira: quando há uma determinada pessoa e ela comete determinados delitos, as atenções têm que estar voltadas para essa pessoa - no nosso caso, dizemos que temos que ir atrás da raposa, porque aquela única pessoa está atormentando toda a sociedade, por isso o foco é para ela. Agora, quando há uma pessoa que é vítima de diversos criminosos, a gente diz que a preocupação é a ovelha. Não admitimos que uma mulher possa ser violentada por vinte caras diferentes em ocasiões diferentes; eu acho que o problema está na vítima e muita gente questiona, dizendo que a vítima faz parte realmente do sistema de segurança e ela tem que ter responsabilidade, porque segurança é responsabilidade de todos; é dever do Estado, mas responsabilidade de todos. Então a vítima é também chamada a sua responsabilidade.

E o terceiro item que se diz é um ambiente favorável. Tem que existir um ambiente favorável para existir o crime: um carro com porta aberta, uma casa com a janela aberta favorece, e no caso do adolescente em conflito com a lei, a gente percebe que nesse caso a intenção não deve voltar para o criminoso ou autor de ato infracional - desculpe a expressão, doutora Derli, mas acho que pouco importa a semântica, o que importa é o objetivo que a gente quer alcançar. Mas a questão é a seguinte: o problema do adolescente em conflito com a lei é estar realmente num ambiente propício, e quando um ambiente é favorável? O ambiente é favorável quando tem uma desestrutura familiar e a falta de perspectiva de vida.

Hoje em dia percebemos que quando se começa a questionar que o Estado é laico e começamos a pensar em separar Igreja de Estado, isso acaba fazendo um mal tremendo para a sociedade. O nosso foco é olhar para a família, porque no sistema prisional 95% dos jovens com os quais eu conversei tinham a família separada, não conheciam o pai, tinham uma família desestrutura, existia um problema enorme na família. O que a Polícia Militar está fazendo agora aqui em Lages? Estamos colocando um policial em cada bairro para identificar os problemas, e um dos maiores problemas que agora começamos a perceber aqui na cidade de Lages é a violência doméstica. Está aí se criando o clima do ambiente favorável.

Em relação a essa violência doméstica, e dou um exemplo rápido, peço que os policiais do bairro chamem a comunidade, chamem os setores para discutir, porque muitas vezes são coisas simples que no dia a dia fazem com que o adolescente vá para o crime. Normalmente quando um casal se separa, o filho fica com a mãe e o pai tem momentos de visita. O pai normalmente pega o filho nos finais de semana ou quando tem dinheiro e o leva para festas, se o filho sujar a roupa é motivo de alegria, e a mãe faz aquele papel difícil de educar, acordando cedo o filho na segunda-feira, mandando lavar a orelha, mandando desligar a televisão para estudar, etc. E o filho, logicamente, uma criança de 10 anos, já começa a associar o pai como um cara bom e a mãe como ruim, questionando-se que talvez por isso o pai tenha se separado da mãe. E se a mãe começa a dizer para o filho não usar droga, aquele é o caminho que ele vai seguir; se a mãe diz para ele não andar com aquela turma, é com aquela turma que ele vai andar. Então, a Polícia Militar está preocupada hoje com essa situação e começa a conversar a respeito.

Eu fui a uma reunião com o Reitor de universidade e ele estava pedindo policiamento, porque estava havendo furto no *campus* da universidade e droga. Mas o Reitor tinha tomado uma decisão que poderia despertar a criminalidade, qual seja, que o aluno que não pagasse a mensalidade não entraria mais na aula. Aí a gente fica imaginando a reação de um rapaz de 17 anos, 18 anos, que achava que estava em dia com sua mensalidade, recebendo a notícia de que nos mês seguinte não poderia entrar na aula porque não estava paga a mensalidade. Essa situação seria fácil para o traficante, pois poderia pedir ao aluno para levar a droga até um local por R$ 3 mil, e com certeza esse aluno levaria a droga. Então, o Reitor está preocupado com a droga no *campus*, preocupado com o furto, mas estava tomando ações que despertariam a criminalidade.

Então, sobre esses fatos a Polícia Comunitária está tomando as medidas... Uma coisa é certa, não conseguimos combater a criminalidade com um órgão só, há necessidade desse diálogo, da parceria dos segmentos organizados. Nós também vamos fazer levantamento nos bares evitando que vendam bebida alcoólica para menores, vamos fazer uma abordagem junto com o Ministério

Público nas casas de *show*. E quando cheguei aqui em Lages fui questionado sobre o fato de a Polícia Militar ter desfeito sua banda de música, e eu entendo também que uma banda de música causa uma sensação de segurança, porque a música traz isso, mas aquele trabalho está sendo substituído por um projeto, o Vivendo com Música, no qual os policiais militares que estavam na banda de música passaram a ensinar crianças carentes, através de uma seleção, para que seja despertado nelas o talento para a música. Hoje já temos 43 adolescentes fazendo parte desse projeto, que funciona às terças e às quintas-feiras, quando aprendem música e após é servido um lanche.

Então a Polícia Militar se preocupa também com esse lado e pedimos o apoio do senhor Deputado e dos demais segmentos organizados para incentivarmos essa política. Agora, existem casos, como foi apontado, de adolescentes cuja recuperação é difícil, e aí tem que se tomar outras medidas, que os senhores podem discutir, mas a grande maioria tem solução.Portanto, também estamos fazendo um trabalho de prevenção.

Eu encerro a minha fala dizendo que estou à disposição de todos, e como sempre digo aos policiais militares, a Polícia Militar é importante, porque a partir do momento que se coloca uma farda se tem a chance de ajudar as pessoas, e é isso que fica na nossa vida, ou seja, depois de um bom tempo de serviço saber que pôde ajudar. Estamos aí para contribuir e para ser parceiro de qualquer ação que percebamos seja boa para todos.

Obrigado. (*Palmas.*) [*Taquígrafa-Revisora: Siomara G. Videira*]

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Serafim Venzon)** - Obrigado, Coronel.

Passo a palavra à doutora Elisabeth Hartmann, presidente da Comissão da Infância e Juventude da OAB de Lages.

**A SRA. ELIZABETH HARTMANN** - Cumprimento o Deputado; autoridades e a todos em nome do nosso presidente da OAB, doutor Marcelo Menegotto e da doutora Janaina Ferri Maines, atual presidente em exercício, da OAB de Lages.

A atual gestão de Lages tem o objetivo de trabalhar na esfera social demonstrando que o trabalho da advocacia é uma função social. Como presidente da Infância e da Juventude nos preocupamos e pretendemos trabalhar em projetos sociais, relativos aos direitos da criança e do adolescente.

Portanto, nos colocamos à disposição de todas as entidades e dos segmentos sociais para firmar parcerias, trabalhar com os direitos da criança e da juventude. E temos interesse em firmar essas parcerias, porque entendemos que juntos poderemos fazer grandes projetos e ter grandes trabalhos. Estamos desenvolvendo um projeto importante com a família dos presidiários e pretendemos, também, trazer a Lages à Escola de Pais, porque entendemos que a questão do...

(*A senhora Wilma Koerich manifesta-se fora do microfone: já tem há quarenta anos em Lages a Escola de Pais.)*

Gostaríamos, então, de fazer parceria com vocês para trabalharmos com essas famílias, obrigada, eu não sabia que em Lages tínhamos a Escola de Pais, mas que bom, assim fica mais fácil de trabalharmos juntos.

Encerro minha fala, propondo parceria com todas as entidades e segmentos sociais para fazermos um trabalho em conjunto para preservar os direitos da infância e da juventude. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Serafim Venzon)** - Obrigada, doutora Elizabeth, eu gostaria de pedir a ajuda da senhora junto à OAB, justamente porque para as pessoas que pagam imposto de renda é mais fácil, no dia da declaração, o contador preencher um documento e pagar tudo no dia do vencimento, é mais fácil! É um pouquinho mais difícil a gente chegar no final deste ano, por exemplo, dar uma olhadinha quanto que pagou no ano passado de imposto de renda, digamos assim o doutor fulano pagou 100 mil de imposto de renda, no imposto devido, tem muito doutor que paga mais do que isso, mas vamos supor que ele pagou 100 mil, então se ele pagou 100 mil ele poderia doar 6 mil para o FIA, que é 6%, isso do ano passado, é provável que este ano ele tenha mais ou menos os mesmos rendimentos ai ele vai pagar de 100 a 110, ou seja se ele usar como base de cálculo o imposto de renda do ano passado e ele depositar 6 mil no FIA. A única coisa que ele tem é que ele vai depositar no mês de março ou abril e quando ele fizer a declaração vai ter 100 mil para pagar, mas como 6 ele já pagou, ele só tem o 94, se já descontaram dele na folha, 70, 80, 90, bom, ele só vai pagar o que falta.

Então, assim com a OAB, têm com os contadores, com os médicos, com os dentistas, com os empresários e com todos que pagam imposto de renda. E queremos contar com esse movimento, o primeiro movimento é justamente ter a contribuição, e daí vem aquilo que a Elí e nós todos colocamos aqui. Às vezes tem recurso do FIA, mas não existe o projeto. No FIA estadual tem agora perto de R$ 1 milhão, aí dizemos por que não está sendo utilizado, não é que não tem projeto, é que essa história de não ter paternidade, que a Elí estava querendo colocar e também toda a indignação dela, por que? Até tem dinheiro no FIA, mas sequer existe um acerto de utilizar aquele recurso, não porque o conselho não quer, mas ainda não se ganhou, ainda não chegamos no ritmo para caminhar gestor e conselho e como ela colocou até aquela determinação de proibir encontro. Mas quero dizer que havendo recursos nos FIAs Municipais é um pouco mais simples de fazer o desencalhamento daquele recurso e utilizá-lo nesses projetos que tanto se quer aí.

(*A senhora Elizabete Hartmann manifesta-se fora do microfone: pode contar com o nosso apoio*)

Obrigada Elizabete.

Visitamos na segunda-feira para fazer a Uniplac e fizemos o convite para estarem neste evento, também fiquei encantado com vários projetos que a Uniplac tem, não só para estarem aqui mas para serem parceiros de todos nós e da sociedade. A Uniplac e as universidades de cada região são as maiores referências e fico feliz com a presença aqui.

Passo a palavra ao professor Juliano Leite, Pró-reitor de Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação da Uniplac.

**O SR. JULIANO LEITE** - Bom-dia ao Deputado Serafim Venzon e a todos.

Agradeço imensamente ao convite de estarmos participando desta audiência pública aqui, para a universidade é muito importante esses momentos de debate, de conversa, porque nós saímos disso aqui para chegarmos em atos práticos.

Então, vendo todas as pessoas, os órgãos públicos, entidades, participando deste movimento conosco, é extremamente importante.

Nós temos diversos projetos que a universidade, hoje, busca através de recursos e temos editais em aberto para desenvolvermos projetos. E que esses projetos não fiquem somente dentro da universidade e é justamente ter as portas abertas e para irmos além dos nossos muros e praticarmos ações realmente práticas.

Hoje, nós buscamos, realmente, parcerias com a comunidade, com as entidades para que eles possam nos trazer projetos, nos apresentar essas realidades que estamos vendo hoje, aqui e transformar isso em pesquisa, extensão e com aplicação junto à comunidade, acho que isso é extremamente importante. [*Taquígrafa-Revisora: Dulce Maria da Costa]*

A universidade vem fazendo alguns projetos, como o senhor já falou, e dentro desses projetos trouxemos um projeto específico junto ao CMDCA, um projeto que estamos desenvolvendo, a professora Mariléia está aqui e vai falar um pouco mais sobre o desenvolvimento do projeto porque, na verdade, ela está fazendo um diagnóstico da nossa região, na cidade de Lages, aonde irá nos mostrar a realidade referente à criança e ao adolescente, mas não somente dentro disto, de outros projetos porque, às vezes, falamos muito sobre criança e adolescente, mas também é importante cuidarmos do meio para que estas pessoas possam tenham um meio bom para poder desenvolver isto.

Sabemos que essas crianças e esses adolescentes têm dificuldades de chegar até a universidade, muitos deles desistem, largam no ensino fundamental e não dão continuidade, e queremos ver essas crianças e esses adolescentes, mais para frente, dentro das universidades. Então, queremos que eles tenham este contato desde agora, que entrem na universidade para conhecer os nossos projetos, os cursos, mas que futuramente eles possam estar graduando, dando continuidade e saindo desta marginalidade. Para nós isto é importante.

A Uniplac está de braços abertos, estamos além dos nossos portões. Dizemos lá que não temos tramela na nossa porta, a porta está sempre aberta e todos serão bem-vindos para conversarmos, debatermos, discutirmos, fazer projetos e executá-los. Isto para nós é extremamente importante.

Contamos com a parceria de todos, deixo aqui um abraço para o professor Elson Rogério Bastos Pereira, Reitor da Uniplac; e professora Elusa Camargo, diretora executiva da Fundação Uniplac.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Serafim Venzon)** - Com a palavra a professora Marileia Wolf Tubs, coordenadora do curso de Pedagogia da Uniplac.

**A SRA. MARILEIA WOLF TUBS** - Bom-dia a todos. Estou aqui com dois moços que são bolsistas e fazem parte desse projeto que a Uniplac está desenvolvendo com o CMDCA e ao FIA.

Antes de falarmos do projeto, gostaríamos de colocar que temos outros que estão sendo desenvolvidos e são permanentes dentro da Universidade, que são voltados para as crianças e para os adolescentes.

Temos um projeto permanente com a Casa Semi Liberdade que fazíamos com os meninos lá; temos a proposta que está sendo levada para o Conselho de uma capacitação com todos os Conselheiros sobre a questão da Lei do ECA; a Uniplac está encaminhando um pedido de um segundo conselho tutelar para Lages; há uns dias atrás iniciamos uma parceria com a Irmandade Nossa Senhora das Graças; temos o projeto Integração Instituições e a Comunidade, sendo que este está em vias de relatório final da escrita do diagnóstico que é a Política de Prevenção à Violação e o Projeto dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes do Município de Lages.

O projeto tem como objetivo conhecer e avaliar as políticas de prevenção a violação e proteção dos direitos das crianças e dos adolescentes de Lages. Este é o grande objetivo do projeto, do diagnóstico.

Os específicos são: mapear e localizar geograficamente as instituições credenciadas ao CMDCA/ FIA; identificar o número de crianças e adolescentes das instituições pesquisadas; identificar e analisar as políticas públicas de prevenção a violação e proteção dos direitos da criança e dos adolescentes do Município de Lages; descrever os programas de atendimento infantojuvenil; pesquisar os direitos e a vulnerabilidade do público alvo; e identificar o impacto desses programas diante do desenvolvimento humano na região.

Como metodologia usamos a localização dos cinco Cras para fazer a divisão da pesquisa. Nós, bolsistas, e eles temos a região de pesquisa onde estão inseridas as políticas públicas dentro desses bairros, nestes espaços.

Passamos alguns momentos da pesquisa e assistência social, desde a Secretaria Municipal de Assistência Social, CRAS, CREA, abrigos, CMDCA, etc., da educação; na Secretaria Municipal da Educação EMEBs, CEIMs e educação especial; e na Secretaria Estadual de Educação e Educação Especial também, na Gered, e as escolas privadas.

São as localizações no Município de Lages das escolas e dos CEIMs que estão na nossa cidade e também buscamos na saúde, na Secretaria Municipal da Saúde, nas Unidades Básicas da Saúde, no Núcleo de Apoio à Saúde, os NASF; na Coordenação da Criança e do Adolescente; no Programa de Atenção Psicossocial; no Centro de Atenção Psicossocial Criança e Adolescentes; e no Hospital Infantil e o Hospital Maternidade Tereza Ramos.

Na Secretaria Municipal encontramos as 28 Unidades Básicas de Saúde, os Núcleos de Apoio da Família e a Coordenação da Criança e Adolescente com os seus programas. Ainda também tem o CAPSi na Secretaria Municipal e o Programa de Atenção Psicossocial.

A pesquisa vai até a justiça, nas delegacias, no Ministério Público, na 4ª Promotoria da Infância e da Juventude, na Vara da Infância e Juventude e no Conselho Tutelar.

Também as analises documental começando pelo IBGE, buscando a população de Lages por raça, sexo, faixa etária e situação de domicílio, isto tudo por bairro.

Chegamos a algumas conclusões preliminares que, uma delas, nas mudanças de gestão dos programas municipais e estaduais ocasiona uma dificuldade de acesso do grupo de pesquisa para a coleta das informações, este é um dos entraves; as políticas públicas necessitam ser de Estado e não de governo; é necessário o atendimento psicopedagógico para crianças e adolescentes que frequentam a rede regular de ensino estadual, porque a incidência maior é para as crianças da rede pública municipal.

Para o tratamento de crianças e adolescentes usuários e abusivos de drogas identificou-se a necessidade em ampliação de leitos psiquiátricos no Hospital Infantil, que também já está em andamento e na rede de saúde de assistência social de ensino e justiça é preciso potencializar o trabalho em rede para a resolutividade dos casos atendidos. E também há necessidade do ensino com dispositivos para atendimentos educacional para adolescentes com disparidade entre as séries do ano da escolaridade e a sua idade. [*Taquígrafa-Revisora:Jacqueline de O V Bitencourt]*

A inserção na educação de trabalhos escolares com resultados efetivos para o acompanhamento do ano, idade e série; e a demanda de crianças para a Educação Infantil é maior do que a quantidade de vagas nos CEIMs existentes no Município. O trabalho discute em suma deste trabalho da pesquisa que a Uniplac já está fazendo o relatório.

É mais ou menos isso, queremos dar encaminhamento até dezembro, então entregaremos o resultado de toda a pesquisa mais as propostas que vão ser colocadas pelo grupo. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Serafim Venzon)** - Muito Obrigado, professora.

Quero dizer à Universidade que naturalmente a Universidade ultrapassa o portão da Universidade de Lages, no mínimo toda a grande região serrana precisa receber o retorno de tudo o que a Universidade pode oferecer, então nós temos, além do FIAs municipal de Lages, tem os FIAs de cada cidade, mas tem o FIA estadual e se nós tivermos o projeto robusto, encampado por entidades como universidades, igrejas, clubes esportivos, as Polícias, as escolas; este projeto que o Coronel estava colocando, da música na Polícia, isso tudo eles estão fazendo por conta deles, mas podemos usar a Lei e estes recursos e desenvolvê-lo melhor, e poder ampliá-lo.

Quero que vocês contem com o nosso apoio e quero ver se ao final do ano que vem, em mais dois ou três anos a gente poder apresentar números diferentes, que deem resultado.

Passo a palavra ao senhor Lúcio Marcelo Varela, gerente do FIA

**O SR. LÚCIO MARCELO VARELA** - Um bom-dia a todos os participantes e às autoridades da mesa.

Eu trouxe alguns dados sobre o Fundo para a Infância e Adolescência do Município sobre o Conselho. Eu vou ser breve, por conta do horário, que está curto.

*(procede-se à apresentação de imagens)*

Nós temos um programa, o Cidadão Amigo da Criança, que há dois anos já funciona no Município. Nós estamos muito à frente do que funciona sobre o Fundo para a Infância e Adolescência. Nós temos há dois anos a captação casada, que é uma captação de recursos através do imposto de renda junto aos empresários e às pessoas que fazem as doações dos impostos de renda. Então a pessoa que faz a doação pode diretamente optar por qual entidade ela quer aplicar o dinheiro dela para pegar os recursos dos projetos.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Serafim Venzon)** - Varela, isso se chama agora, com a aprovação do Conanda, projeto chancelado; ou seja, uma entidade faz o projeto, apresenta para o Conselho, o Conselho analisa, aprova ou não. Sendo aprovado, ele tem a lei debaixo do braço; aí ele vai ao empresário "x", que paga o imposto de renda sobre o lucro real, porque tem muita gente que paga imposto sobre o lucro presumido, ele não pode destinar dentro desta lei. Daí ele vai visitar o empresário, se o empresário gostar do projeto ele vai destinar 1% do seu imposto para este fundo e daí viabiliza o projeto, isso se chama projeto chancelado. Só para usar a palavra correta, já que estamos na adequação dos termos.

**O SR. LÚCIO MARCELO VARELA** - Nós temos, como disse o Deputado, o projeto chancelado. Há dois anos nós estamos fazendo este tipo de atuação que permite a lei.

Aqui fala um pouquinho do que é o conselho municipal, o que a maioria de vocês aqui sabem; o que é o FIA, onde são aplicados os recursos, nas crianças e adolescentes explorados sexualmente, usuários de drogas, vítimas de maus tratos, erradicação, profissionalização dos jovens e a orientação do apoio sociofamiliar.

Aí tem outros projetos que podem ser também beneficiados, quem administra este dinheiro é o Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente; todos os conselheiros, independente da situação, vão votar ou não para quem vai o dinheiro e que projeto será aprovado, então quem determina, quem é soberano na decisão, são os conselheiros do Conselho.

A destinação do FIA é através de formulário completo, então que faz a declaração do imposto devido mais o retido na fonte pode doar o seu imposto para o Fundo para a Infância e Adolescência, para ser aplicado nos projetos.

Então é simples pessoal, é isso que nós precisamos conscientizar a comunidade, que é simples fazer a doação. Nós vamos ter, a partir do dia 1º de outubro, o lançamento da página do Fundo municipal, do FIA Lages, lá estará explicado todas as situações, quem pode doar, quem não pode. Tem o formulário completo, a pessoa preenche e já emite o boleto na hora, paga no banco e já efetua a doação. Só vai apresentar o valor na época da declaração. Então, fez a doação, guarda o recibinho; quando ela for fazer a sua declaração ela já lança o valor que ela doou, então não tem complicação.

Os contadores, me desculpem os contadores, mas muitos deles acham um trabalho a mais, "ah, não vamos fazer porque é um pouco complicado. Não é complicado, nós pagamos os nossos contadores, então é um direito nosso pedir que eles façam o que nós queremos. E se nós queremos doar, eles que tirem um tempinho a mais e façam a nossa doação.

Aqui tem algumas simulações, e o contador sabe muito bem isso aqui. É o imposto de renda devido mais o imposto de renda devido na fonte. Então se soma os dois impostos, tiram os 6% da pessoa física ou 1% da pessoa jurídica e emite a doação.

Para fazer a doação nós temos a ferramenta, que é o site de Lages, o lages.sc.gov.br, ali vai ter as informações. A Lei autoriza deixarmos no Município, ao invés de mandar para o governo federal, para a Receita Federal o valor do nosso imposto, nós podemos deixar 1% da pessoa jurídica e 6% da pessoa física; e a Lei permite

ainda que a partir de 1º de janeiro até 30 de abril que a pessoa física possa doar ainda até 3% do imposto renda devido.

Eu trouxe alguns números, por que qual que é o nosso trabalho? Nós lançamos um edital no início do mês de setembro para as entidades virem até nós com seus projetos para poder fazer a captação chancelada. Fizemos um trabalho de divulgação na mídia, visitamos as entidades; mas, mesmo assim, a dificuldade parece que é grande de apresentar um projeto, para vir até nós. Lages hoje, ao contrário dos outros Municípios, tem dinheiro sobrando na conta do FIA.

Como o Deputado bem falou, nós precisamos é de projetos para aplicar esse dinheiro que nós temos parado, não adianta a gente fazer a captação, reunir o dinheiro se a gente não tem projetos. Nós hoje cadastrados junto ao Conselho dos Direitos das Crianças do Município 36 entidades municipais, dentre elas toda a rede de CEIMs e escolas da Secretaria da Educação. Então qualquer um deles que estejam cadastrados no Conselho, como foi falado do caso do Casep, dos Cras, todos eles têm o cadastro conosco. *[Taquígrafo-Revisor: Eduardo Delvalhas dos Santos]*

Todos eles podem apresentar projetos e ser beneficiados com recursos do Fundo. Só que, para isso, tem que montar um projetinho com começo, meio e fim, especificar, justificar para o que é o recurso, onde vai ser aplicado, e trazer até nós para que seja aprovado ou não pelos conselheiros.

Então aqui, no ano passado, nós tivemos nove projetos apresentados ao Fundo. Dos nove projetos, todos foram aprovados e todos estão sendo pagos agora, neste momento. Nós temos o exemplo do Crença, que lida com jovens usuários e dependentes de drogas, que apresentou três projetos - os três foram aprovados e estão sendo pagos -; a Uniplac também tem um projeto em andamento conosco, cujos recursos já foram pagos e estão sendo aplicados agora; o Hospital Infantil tem todo um equipamento para um tomógrafo que vão adquirir, para ter essa ajuda às crianças do nosso Município; a Alam; a Islam; a Carta Diocesana, que tem um projeto conosco... Todos eles estão começando a iniciar os projetos e estão sendo pagos agora.

Então não é difícil, pessoal. Nós precisamos é conscientizar as entidades, os empresários, para gente fazer uma união desse conjunto projeto e captação, para gente ter o maior número de arrecadação dentro do Município. O FIA tem, hoje, além do pagamento dos projetos, um saldo em torno de R$ 200 mil a R$ 300 mil que vai sobrar na conta. Nós vamos fazer uma proposição para os conselheiros para que eles abram projetos, editais de até R$ 8 mil, para que não precisem ir para licitação municipal, para que seja aplicado imediatamente esse dinheiro em projetos de pequeno prazo. Então, no próximo mês, a gente já vai divulgar esse edital para projetos de até R$ 8 mil na mídia, no *site* do FIA, no *site* da Prefeitura.

Hoje nós temos esse saldo, como eu falei, mas não adianta a gente ter o saldo se não tem projetos. Eu vou bater nessa tecla mais uma vez. Nós precisamos que as entidades apresentem projetos. Nós temos um prazo, infelizmente, até o dia 1º. Vou entrar em contato com o pessoal dos Conselhos para gente poder prorrogar esse prazo até o dia 15 de outubro, porque no dia 15 de outubro acontecem as Comissões. Então, as Comissões decidem sobre esses projetos. Então eu peço aos conselheiros que analisem e façam essa prorrogação para gente ter até o dia 15 para a apresentação de projetos. Já recebemos vários projetos, mas a gente precisa de um número maior, porque nós temos entidades cadastradas, precisamos de maiores projetos. Certo, pessoal?

No ano passado, como informação, nós recebemos doações de pessoas físicas de R$ 93 mil até o dia 30 de dezembro, e com a nova lei, até o dia 30 de abril, mais R$ 16 mil. De pessoas jurídicas foram R$ 308 mil, e de jurídicas até o dia 30 de abril foram mais R$ 5 mil. Então, a captação em 2012 para aplicação em 2013 totalizou R$ 423 mil. Nós fizemos um estudo junto à Receita Federal, junto com o senhor Luiz Spricigo... Nós temos a capacidade, dentro do Município, de no mínimo R$ 3 milhões em arrecadação de Imposto de Renda. É muito dinheiro, pessoal.

Nós precisamos conscientizar a comunidade para deixar esse dinheiro no nosso Município e não passar para o governo federal. Como disse o Deputado, é um trabalho gigante, enorme, para gente poder pegar esse recurso depois que ele foi para lá. A gente tem que encaminhar projeto, demora uns dois ou três anos para vir e não é fácil. Então, se a gente deixar no Município é bem mais prático para gente aplicar. E quanto à transparência, dentro do *site* a gente vai ter todos os projetos cadastrados, qual é o valor de cada projeto, quanto vai ser aplicado, quanto foi doado, então fica transparente. O dinheiro ficou, mas você sabe para quem está doando. Entendeu?

Nós temos aí campanhas diversas: Criança Esperança, Teleton, entre outras. A gente deposita o dinheiro, mas eles não dão o relatório para a gente de onde está sendo aplicado. E em Lages é diferente: junto com o Fundo e o Conselho dos Direitos das Crianças, tudo é claro. Entrou o dinheiro da captação, tem o valor recebido, os empresários já podem direcionar diretamente para a entidade, a entidade já sabe o quanto recebeu e em que vai aplicar.

Então eu peço, mais uma vez, o apoio de todos para que divulguem. Vocês receberam o folhetinho do nosso programa Cidadão Amigo da Criança: que o levem até os contadores, até os empresários, divulguem para o Fundo Municipal para a Infância e Adolescência, para que esse dinheiro fique aqui.

Aqui tem uma lista das organizações não governamentais cadastradas, que são as entidades. Aí nós temos as governamentais, que englobam a Secretaria da Assistência Social, a Secretaria da Educação, a Secretaria da Habitação, todas elas podem apresentar projetos também.

Os programas estaduais, ali o Cras, o Casep, o Creas, todos eles também estão cadastrados conosco.

Esse é o modelo da nossa página, que a partir do dia 1º já estará no ar.

O Banco do Brasil é a agência onde poderão ser feitas as doações, e pelo *site* da Prefeitura é o Banco Itaú.

Eu fico à disposição na Secretaria da Assistência Social, junto aos Conselhos, para que todos que tiverem dúvidas entrem em contato comigo, junto com a Cláudia, que é nossa secretária executiva lá e que também desempenha um excelente trabalho junto aos Conselhos, para nós suprirmos todas as informações necessárias e dúvidas que tiverem em questão de doações, de arrecadação de projetos - tem a Morgana, também, que trabalha conosco, que é especialista em projetos. Então, dúvidas em montar o projeto, ligue para nós que a Morgana vai até a entidade e ajuda a montar o projeto, para gente poder aplicar no Município e ter esses recursos, que eles fiquem aqui.

Quero agradecer o Deputado Serafim pela oportunidade; fique à vontade, sempre que tiver disposição para vir ao nosso Município, para nos acompanhar nos nossos trabalhos aqui perante o Fundo para Infância e Adolescência. E eu quero agradecer todos da mesa, também, pela atenção, e todo o público que participou e veio até a Câmara de Vereadores nesta audiência que o Deputado nos proporcionou.

Obrigado a todos. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Serafim Venzon)** - Obrigado, Varela.

Eu não combinei antes com o Varela, porque ele estava diante dessas colocações todas, mas faço uma pergunta aqui: será que a gente não podia fazer um dia, em breve... Em breve porque queremos aproveitar o Imposto de Renda deste ano - e, como ele colocou, no ano que vem, de janeiro a abril, quem depositar no FIA o percentual referente a este ano, a 2013, só pode 3%, mas se fizer até dezembro, vão 6%. Então é o dobro.

Então, era interessante... É que Lages, como é cidade de referência, cidade maior, é cidade de maior importância social e econômica, mas também tem maior responsabilidade, ou seja, de transmitir conhecimento, tecnologia, prática e tal, para todas as cidades aqui do entorno. Então, a gente poderia promover um encontro só dos gestores e dos Conselhos Municipais de todos os Municípios da Amures para nós fazermos uma ação conjunta, valente, em todos os Municípios, para ser uma ação proativa, como você estava colocando aqui, que vejo que é exemplo em Santa Catarina.

**O SR. LÚCIO MARCELO VARELA** - Perfeito.

Eu queria fazer mais uma colocação. Eu queria só comunicar também aos presentes que na reunião que tivemos com o Prefeito junto ao Deputado Serafim, ele deu carta branca para que nós possamos divulgar o Fundo para Infância e Adolescência, os editais, as captações, os projetos, de maneira bem simples. Ele vai disponibilizar para gente alguns *telemarketings* para, em nome dele, ligar pessoalmente para os empresários, para as entidades, para as empresas estarem contribuindo com o Imposto de Renda. Então, isso foi um ganho gigante para o nosso Município, a gente ter esse apoio do Prefeito, sem distinção. Ele falou que pode fazer, que a gente está aqui para assinar. Então, a gente tem 100% de parceria do Prefeito para que possamos divulgar o Fundo para a Infância e Adolescência do Município.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Serafim Venzon)** - O Prefeito Elizeu, então, ele mesmo vai ligar para muita gente que paga o Imposto de Renda e dizer da importância. E são volumes de quatro, cinco, seis mil de cada um, mas junta a duzentas, trezentas, quatrocentas pessoas, isso dá uma soma considerável para a gente fazer um conjunto de ações para mudar essa realidade. [*Taquígrafa-Revisora: Carla Greco Granato*]

**A SRA. FABIANA AMORIM** - O senhor me concede um aparte? (*Aquiescência do Presidente.*)

Eu não sei se o Marcelo me responderia ou se seria o Luiz, como atual coordenador do CMDCA. Eu vi ali que são várias ações usadas com o dinheiro do FIA, mas não vi capacitação para os conselheiros tutelares, que é um dos objetivos, sim, com o dinheiro do FIA, sim. Eu gostaria de saber se foi proporcionado aos conselheiros tutelares, com o dinheiro do FIA, a capacitação? Se existe alguma estimativa para isso dentro do Conselho Municipal dos Direitos, hoje?

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Serafim Venzon)** - Antes de passar a palavra para o Luiz Azzi, representante do Prefeito de Lages - o Prefeito justificou que não poderia comparecer a audiência devido a sua agenda e também por que o Governador está aqui e não tem como -, registrar também a justificativa de ausência da Promotoria e do Tribunal de Justiça. Por coincidência, nós não conseguimos mais mudar a data desta audiência - eu visitei o doutor Ricardo Fiuza e o doutor Tiago que é Promotor da Infância e da Adolescência -, e eles lamentaram muito, me ligaram duas, três vezes tentando encaixar a agenda, mas eles apesar de juízes e promotores, estão dentro de um sistema, e precisavam estar em um grande encontro do Ministério Público e do Tribunal de Justiça, que é um curso de capacitação, eu diria assim, não sei especificar detalhes, mas é por isso que eles não estão aqui. Mas isso não invalida o trabalho e a coisa prática que nós vamos fazer, que precisamos fazer aqui.

Por isso, agradeço a presença do Luiz Azzi, coordenador do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, neste ato representando o senhor Elizeu Mattos, Prefeito de Lages.

**O SR. LUIZ GONZAGA AZZI** - Bom-dia Deputado, componentes da mesa e plenária.

Eu gostaria de agradecer esta oportunidade de nos reunir e fazer este debate aqui. Eu também, como Tenente-Coronel tive um convite e uma convocação. O Prefeito convocou, porque a gente está diretor de Proteção Básica, lá na Secretaria de Assistência, e o convite do Deputado que nos visitou. Eu optei por vir aqui, até porque sou militante desde 1993 na questão do direito da criança e do adolescente, já tendo estado, como outros companheiros, no Conselho Estadual, no Conselho Tutelar por dois mandatos. Eu sou um apaixonado e um batalhador pela causa, independente do lugar onde quer que eu esteja.

Eu vou responder a pergunta da Fabiana, em seguida, na minha fala, que pretendo fazer bem breve, até para vocês não ficarem com muita fome. Eu tenho dito, e conheço vários Municípios da região, onde a gente trabalhou com capacitação, conselheiros tutelares e conselheiros de direitos, implantação do Cipia, enfim. Eu tenho uma convicção que hoje se firmou ainda mais pelas falas que aqui se deram: de nada adianta a gente discutir adolescente autor de ato infracional, ato infracional, violência, se a gente não trabalhar a prevenção. Eu estou convencidíssimo disso! E acho que foi por conta disso que me convidaram para a Diretoria de Proteção Básica da Assistência Social, onde a gente tem uma oportunidade impar de estar tentando fortalecer esses mecanismos.

A Constituição Federal no artigo 227, onde o Estatuto da Criança e do Adolescente está firmado, principalmente, ele diz que é dever da família, da comunidade, da sociedade, do Poder Público em geral garantir aquele elenco de direitos. E ele coloca a família em primeiro lugar. A família, a comunidade, a sociedade e o Poder Público. Isso a gente tem que saber de cor e no dia a dia nosso tem que estar na nossa prática.

Eu sempre digo, outro dia esteve aqui o Secretário de Assistência Social doutor João José Cândido da Silva, num seminário do SESC, e ele também repetia isso, nenhuma criança, ninguém nasce torto, ninguém nasce marginal, ninguém nasce bandido, a falta, a ausência de direitos, é que o torna assim. A começar pelo direito de ter uma família. Então se ele não tem uma família a rua vai educá-lo, a sociedade vai educá-lo, ou melhor, vai deseducá-lo.

Eu estou muito convencido hoje de que é fortalecendo a família que nós vamos dar conta, não digo resolver, mas enfrentar a questão da violência, da angústia que muitos têm, a marginalidade, o ato infracional, sem isso o resto é paliativo, o resto é analgésico que não vai resolver a doença, porque a causa da doença a gente não está atacando.

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é muito inteligente no sentido de pensar uma política parecida com a política da Educação, que tem a Proteção Básica, que é prevenção; depois, a Proteção Especial que tem a Média e Alta Complexidade, que aí já é tratamento e internação. Nós temos que cuidar muito da prevenção para não precisar tratar tanto e internar tanto. Está aqui o pessoal do CRAS, que faz a prevenção, o papel mais da básica; depois, o CREAS, que faz o tratamento e o internamento quando precisa, internamento no sentido de abrigamento e o internamento nas casas, no CAS e CASEP, enfim. Então, quando chega lá é porque já quebrou e um vidro quebrado, pode até consertar, mas ele vai ficar com as marcas.

Eu queria dizer assim, Deputado, companheiros e companheira que estão na plenária, o nosso sistema de garantia, quando o Estatuto criou essa Lei ele criou um sistema. Ele não criou só o Conselho Tutelar! O Artigo 86, se não me engano, diz assim: "é um conjunto articulado de ações". Então cria o sistema de garantias que engloba o Conselho Tutelar, Conselho de Direitos, o FIA, a Segurança Pública, o Judiciário, o Ministério Público, o gestor, o Governo, as entidades governamentais e não governamentais que executam os programas e o Sistema de Controle: Câmara de Vereadores, Tribunal de Contas, Assembleia Legislativa sim, e nós, com 23 anos, não conseguimos sentar enquanto Sistema. Hoje estamos fazendo um exercício aqui. Nós não conversamos muito. Então, criança e adolescente passa a ser problema da polícia, do Conselho Tutelar e assim por diante e não é por aí. É obrigação de todos. O artigo 227 da Constituição e o artigo 4º do Estatuto são bem claros e a gente ainda não conseguiu entender essa jogada. Nós precisamos nos reunir, conversar, trocar figurinha, é uma rede.

Agora, temos peças importantes no Sistema da Criança e do Adolescente que não estão funcionando. Temos uma mesa com algumas pernas quebradas. Já foi dito: os conselhos de direitos, às vezes, o conselheiro passa o mandato sem saber qual é o papel dele, sem nem saber direito o nome do Conselho. Não é? Conselheiro Tutelar sem capacitação. Eu digo assim: é fundamental que os conselheiros governamentais e não governamentais saibam o que estão fazendo ali, porque ninguém faz aquilo que não sabe. Eu peço, Deputado, assim, encarecidamente, eu já fui conselheiro do Conselho Estadual, o Conselho Estadual já foi um conselho mais ativo, mas hoje por falta de estrutura, de apoio, enfim *n,* o Conselho Estadual está com dificuldades muito grandes, aqui já colocado pela Erli, e é um instrumento importante de controle e de deliberação de política pública. É o órgão mais importante no Município em termos de políticas para atender os direitos das crianças e dos adolescentes.

Eu diria assim, o CRAS, o CREAS, todas as políticas têm que ser fortalecidas porque no CRAS tu trabalha o Programa de Atenção Integral à Família (PAIF), que vai focar os profissionais em atender aquela família, tentar promover aquela família, para isso tem os cursos no CRAS, tem os cursos no Pronatec e assim por diante. O CREAS também é um instrumento importante quando já houve violação de direito e ele procura fazer o resgate.

Então a prevenção é a questão mais importante. Prevenção é ter política pública de boa qualidade, a importância dos gestores. Outra coisa que eu lembrei, quando troca a administração ... a gente teve muito trabalho este ano para explicar para o Secretário, para todo mundo, porque eles chegam e não entendem a política e sem obrigação também. Não sei se tem obrigação ou não de entender, mas quando chegam, às vezes, querem mudar tudo. Então, alguém falou aqui, tem que ter políticas de Estado e não de governo, isso é verdade. O Conselho de Direitos, enquanto órgão de Estado, não de governo, ele tem que estar fortalecido para ele garantir o processo porque se não cada Prefeito que entra quer inventar a roda e assim por diante; cada secretário que entra quer inventar a roda, e o Conselho de Direitos, seja de que política for, da Assistência, do Idoso, ele tem que garantir essa continuidade, ele tem que garantir o plano, aliás, temos que ter plano.

Então, a pesquisa que a professora Mariléia trouxe aqui vai nos auxiliar muito a ter um plano, um plano municipal, sem plano a gente não sabe onde chegar e quando não sabe onde chegar qualquer lugar é bom.

O Prefeito tem dado muito apoio nesse sentido, fortalecendo o FIA. Na administração anterior já tinha uma pessoa semiliberada para fazer essa divulgação nas empresas, e quando a gente chegou, aqui na Secretaria junto com o Secretário Amarildo e o Prefeito dando carta branca, a gente trouxe o Lúcio para o Conselho. Nós estamos fortalecendo o Conselho de Direitos, onde está a Cláudia; nós temos cinco pessoas na Secretaria dos Conselhos, porque entendemos o papel desses órgãos. E, provavelmente, vamos, o Lúcio colocava, chamar o Conselho agora, eu estou assumindo, nem assumi ainda a coordenação do Conselho, foi na última plenária para prorrogar esse edital.

E, respondendo a tua pergunta, Fabiana, a gente está muito preocupado com a estrutura do Conselho Tutelar, com a capacitação do Conselho Tutelar - foi assunto da última plenária do Conselho -, vamos elaborar agora um planejamento para dar conta disso. É fundamental, conselheiro tutelar sem capacitação não tem como trabalhar e também estrutura.

Quando nós chegamos na Secretaria, o Conselho Tutelar tinha um carro sucateado. Nós tínhamos um carro para os diretores e esse carro foi para o Conselho Tutelar, porque a gente entende que é prioridade. A capacitação agora é prioridade, a estrutura para o Conselho Tutelar e de pessoal, de pessoal de apoio. Está vindo um carro para o Conselho Tutelar e estamos aí como meta do Conselho de Direitos - já foi discutido em algumas plenárias -, de rever a lei municipal que piorou nos últimos anos, a nova lei ela piorou a

condição trabalhista do Conselho Tutelar, ela piorou. Na minha época, em 1993, era bem melhor a condição salarial do Conselho Tutelar do que é hoje, ela regrediu.

Então, o Secretário e toda a administração vai tentar reverter essa situação. Era isso que eu, em rápidas palavras, queria dizer, teria muito mais coisas, mas assim: que a gente trabalhe na prevenção; que a gente fortaleça os Conselhos; que se dê estrutura para os conselhos; e que as redes atue conjuntamente. A universidade é importante, as entidades são importantes, todos os atores, a segurança pública, enfim, nós temos que sentar porque senão cada um na sua gaveta não consegue dar conta de tantos desafios que a gente tem. (*Palmas*.)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Serafim Venzon)** - Obrigado Secretário, o Tenente-Coronel Fonseca, Comandante do 6º Batalhão, tem uma reunião em Florianópolis às 14h, 15h, fique a vontade, se precisar se ausentar. Muito obrigado pela sua contribuição e conte conosco para fazermos uma grande parceria. Algum comentário. Tem mais alguma pergunta? Alguém mais gostaria de fazer alguma consideração? O Padre Dilmar? Já saiu. O Vereador Antônio Carlos Cortezini, lá de Rio do Campo. Não! ((*Ninguém manifesta interesse em fazer o uso da palavra.* )

Está bem. Então, como já passou do meio-dia, muito obrigado pela presença de vocês aqui. Eu tenho absoluta certeza que a região serrana vai ter inúmeras atitudes, vai melhorar o atendimento aqui, seja no Conselho, seja no CRAS, seja na mudança do ambiente das famílias, e tudo isso vai depender de um conjunto de ações que seguramente terão um encaminhamento melhor, mais rápido depois deste encontro.

Nós ficamos à disposição, através da Comissão dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes da Assembleia Legislativa. Nós estaremos montando o relatório dessa reunião. Já fizemos encontros também em Joinville, em Itajaí, em Criciúma, no próximo dia 25 de outubro vamos estar em Chapecó, e, em novembro, o grande encontro em Florianópolis. Esperamos também contar com a presença de representantes. e vamos lembrar vocês principalmente do encontro de Florianópolis.

No mais fiquei encantado pela recepção de Lages, de segunda-feira, da vinda aqui e, principalmente da vinda de vocês, de praticamente todos os Municípios da região da Amures, para esta audiência, que nos ajudaram a mudar esta realidade. Muito obrigado e uma boa tarde. (*Palmas*.)

Nada mais havendo a tratar encerra-se esta audiência pública. (*Ata sem revisão dos oradores*.) [*Taquígrafa-Revisora: Almerinda Lemos Thomé*]

**DEPUTADO ESTADUAL SERAFIM VENZON**
**PRESIDENTE**

*** X X X ***

## ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES

**ATA DE INSTALAÇÃO DA COMISSÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA DECIMA SETIMA LEGISLATURA**

Às dez horas do dia dezessete de outubro de dois mil e treze, reuniram-se os Senhores Deputados Volnei Morastoni, Serafim Venzon, Padre Pedro Baldissera, Silvio Dreveck e Narcizo Parizotto, para instalação e eleição do Presidente e Relator da Comissão de Regularização Fundiária. Os trabalhos foram abertos pelo Deputado Volnei Morastoni, em obediência ao Regimento Interno, solicitou aos Membros candidatos a Presidente e Relatoria que fizessem suas inscrições visando concorrer aos cargos. Foram apresentados os nomes dos senhores Deputados Volnei Morastoni para Presidente e do Deputado Serafim Venzon, para Relator. Prosseguiu-se a chamada nominal e exerceram o direito de voto todos os membros presentes, tendo sido os mesmos eleitos por unanimidade. A posse deu-se em seguida a eleição. Fazendo uso da palavra, o senhor Deputado Volnei Morastoni agradeceu aos Deputados Membros pela sua eleição. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente considerou encerrada a reunião, da qual eu, Vanessa Vidal, Assessora Parlamentar da Comissão, digitei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e membros presentes. Florianópolis, em dezessete de outubro de dois mil e treze.

**Deputado Volnei Morastoni**
Presidente da Comissão de Regularização Fundiária
**Deputado Serafim Venzon**
Relator da Comissão de Regularização Fundiária
**Deputado Narcizo Parizotto**
**Deputado Padre Pedro Baldissera**
**Deputado Silvio Dreveck**

*** X X X ***

**ATA DA 31ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA, REALIZADA ÀS 09H DO DIA 5 DE NOVEMBRO DE 2013.**

Às nove horas do dia cinco de novembro do ano de dois mil e treze, sob a Presidência do Deputado Mauro de Nadal, reuniram-se os membros da Comissão de Constituição e Justiça, com a presença dos Senhores Deputados: Aldo Schneider, Ana Paula Lima, Dirceu Dresch, José Nei Alberton Ascari, Serafim Venzon, Silvio Dreveck e Jean Kuhlmann. A assessoria do Deputado Narcizo Parisotto comunicou que o mesmo encontra-se em licença saúde. Abertos os trabalhos, o Presidente colocou em votação a ata da 30ª reunião ordinária realizada no dia 29 de outubro de dois mil e treze a qual foi aprovada por unanimidade. O **Deputado Jean Kuhlmann** apresentou voto-vista ao Projeto de Resolução nº 0002.3/2010 concordando com o voto do relator, favorável à proposição com emenda Substitutiva Global que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; relatou o Projeto de Lei nº 0335.0/2013 apresentando requerimento pela realização de diligência externa que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0469.1/2013 apresentando requerimento pela realização de diligência externa que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Silvio Dreveck** relatou o Projeto de Lei nº 0406.8/2013 apresentando requerimento pela realização de diligência interna que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Dirceu Dresch** relatou o Projeto de Lei nº 0394.0/2012 apresentando parecer favorável à proposição com emenda Substitutiva Global que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0258.3/2013 apresentando parecer favorável à proposição que, posto em discussão, foi cedido pedido de vista ao Dep. Aldo Schneider; o Projeto de Lei nº 0302.1/2013 apresentando parecer favorável à proposição com emendas Supressiva e Modificativa que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0090.8/2013 apresentando requerimento pela realização de diligência externa que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; apresentou voto-vista ao Projeto de Lei nº 0396.1/2013 concordando com o voto do relator, favorável à proposição que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; ao Projeto de Lei Complementar nº 0027.7/2013 concordando com o voto do relator, favorável à proposição que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; relatou o Projeto de Lei Complementar nº 0022.2/2013 apresentando parecer favorável à proposição que, posto em discussão, foi cedido pedido de vista ao Dep. Aldo Schneider. O **Deputado José Nei Alberton Ascari** relatou o Projeto de Lei nº 0446.5/2013 apresentando requerimento pela realização de diligência externa que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0339.3/2013 apresentando parecer favorável à proposição que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0460.3/2013 apresentando parecer favorável à proposição que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0373.5/2013 apresentando parecer contrário à proposição que, posto em discussão, foi cedido pedido de vista aos Deputados Ana Paula Lima, Dirceu Dresch e Jean Kuhlmann; o Projeto de Lei nº 0365.5/2012 apresentando parecer favorável à proposição com emenda Substitutiva Global que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0438.5/2013 apresentando parecer contrário à proposição que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Mauro de Nadal** relatou o Projeto de Lei nº 0318.9/2013 apresentando parecer favorável à proposição com emenda Substitutiva Global que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0442.1/2013 apresentando requerimento pela realização de diligência interna que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0450.1/2013 apresentando parecer favorável à proposição com emenda Substitutiva Global que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Aldo Schneider** relatou o Projeto de Lei nº 0458.9/2013 apresentando parecer favorável à proposição que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0457.8/2013 apresentando parecer favorável à proposição que, posto em discussão, foi cedido pedido de vista coletivo; o Projeto de Lei nº 0403.5/2013 apresentando parecer favorável à emenda Modificativa que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Jean Kuhlmann** relatou o Projeto de Lei nº 0312.3/2013 apresentando parecer favorável à proposição que, posto em

discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. A **Deputada Ana Paula Lima** apresentou voto-vista ao Projeto de Lei nº 0014.7/2012 concordando com o voto do relator, contrário à proposição que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; relatou o Projeto de Lei nº 0443.2/2013 apresentando parecer favorável à proposição que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Serafim Venzon** relatou o Projeto de Lei nº 0266.3/2013 apresentando requerimento pela realização de diligência externa que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença dos Senhores Deputados e dos demais presentes e encerrou a presente reunião, da qual, eu, Robério de Souza, Chefe da Secretaria, lavrei a Ata que, após lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo Senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembléia Legislativa.

Sala das Comissões, em 5 de novembro de 2013.

Deputado Mauro de Nadal
Presidente

*** X X X ***

**ATA DA NONA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO, REFERENTE À 3ª SESSÃO DA 17ª LEGISLATURA**

Às dezoito horas do dia cinco de novembro de dois mil e treze, amparado no § 1º do art.123 do Regimento Interno, sob a Presidência do Deputado Reno Caramori, reuniram-se os Deputados membros da Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano: Carlos Chiodini, Volnei Morastoni, Sargento Amauri Soares, Darci de Matos, Aldo Schneider e Marcos Vieira. Aberto os trabalhos o Deputado Presidente, colocou em discussão a Ata da Oitava Reunião Ordinária, que em votação, foi aprovada por unanimidade. Ato continuo, o Presidente submeteu para votação os Projetos de Lei PL./0253.9/2013 de autoria do Deputado José Milton Scheffer, que denomina Rodovia Alcides Angelo Saretto, o trecho da Rodovia SC-108 compreendido entre os municípios de Praia Grande e Jacinto Machado e Pl./0370.2/2013 de autoria do deputado Mauro de Nadal, que dispõe sobre a implantação de espaços de retenção para bicicletas e motocicletas e adota outras providências, ambos avocados pelo Presidente, com parecer pela aprovação. Por unanimidade os membros da Comissão, aprovaram os Projetos de Lei apresentados. Dando continuidade o Presidente apresentou o ofício 372/2013, encaminhado ao Presidente da Casa Deputado Juares Ponticelli, com proposição anexa de Moção nº 036/2013, do Vereador Nelson Martins Filho do município de Palhoça, SC, de repúdio pela demora da duplicação da BR-101 no trecho "Morro dos Cavalos" naquele município. Apresentou também sugestão do Sr. João Ernesto Koch, encaminhada via email, que trata da Mobilidade Urbana na Cidade, mais especificamente sobre o transporte marítimo, nova ponte e túnel, para a travessia Ilha/Continente. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, onde para constar eu, Claudio Luiz Sebben,Chefe de Secretaria lavrei a presente Ata, que após ser lida e aprovada por todos, será assinada pelo Presidente e posteriormente publicada no Diário Oficial desta Assembléia.

Sala das Comissões, cinco de novembro de dois mil e treze.

Deputado Reno Caramori
Presidente da Comissão de Transportes
e Desenvolvimento Urbano

*** X X X ***

## AVISOS DE LICITAÇÃO

**AVISO DE LICITAÇÃO**

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2013

OBJETO: **FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS COM ENTREGA MENSAL PROGRAMADA.**

**DATA**: 27/11/2013 - **HORA**: 09:00 horas

**ENTREGA DOS ENVELOPES**: Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 09:00 h do dia 27 de novembro de 2013. O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, no 6º andar, Edifício João Cascaes na Avenida Hercílio Luz, 301, esquina com a Rua João Pinto, Centro - Florianópolis e no site eletrônico (www.alesc.sc.gov.br).

Florianópolis, 7 de novembro de 2013.

Lonarte Sperling Veloso
Coordenador de Licitações

*** X X X ***

**AVISO DE LICITAÇÃO**

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2013

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CONVERSOR E SINCRONIZADOR DE ÁUDIO E VÍDEO PARA TRANSMISSÃO DE SINAL DA TVAL VIA FIBRA ÓPTICA.

**DATA**: 28/11/2013 - **HORA**: 09:00 horas

**ENTREGA DOS ENVELOPES**: Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 09:00 h do dia 28 de novembro de 2013. O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, no 6º andar, Edifício João Cascaes na Avenida Hercílio Luz, 301, esquina com a Rua João Pinto, Centro - Florianópolis e no site eletrônico (www.alesc.sc.gov.br).

Florianópolis, 7 de novembro de 2013.

Lonarte Sperling Veloso
Coordenador de Licitações

*** X X X ***

## PORTARIAS

**PORTARIA Nº 2534, de 8 de novembro de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

**EXONERAR** a servidora **MABEL COELHO DOS SANTOS MARTINS**, matrícula nº 6694, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-52, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de novembro de 2013 (Gab Dep Jose Nei Alberton Ascari).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

**PORTARIA Nº 2535, de 8 de novembro de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

**NOMEAR MABEL COELHO DOS SANTOS MARTINS**, matrícula nº 6694, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-46, Atividade Administrativa Interna, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1º de novembro de 2013 (Gab Dep Jose Nei Alberton Ascari).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

**PORTARIA Nº 2536, de 8 de novembro de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

**EXONERAR** a servidora **LETICIA KATIA DOS SANTOS DELA ROCA**, matrícula nº 3349, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-94, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de novembro de 2013 (Gab Dep Jose Nei Alberton Ascari).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

**PORTARIA Nº 2537, de 8 de novembro de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

**NOMEAR LETICIA KATIA DOS SANTOS DELA ROCA**, matrícula nº 3349, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-96, Atividade Administrativa Interna, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1º de novembro de 2013 (Gab Dep Jose Nei Alberton Ascari).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

**PORTARIA Nº 2538, de 8 de novembro de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

**EXONERAR** o servidor **JERONIMO LOPES**, matrícula nº 2492, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-70, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de novembro de 2013 (Gab Dep Jose Nei Alberton Ascari).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

**PORTARIA Nº 2539, de 8 de novembro de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

**NOMEAR JERONIMO LOPES**, matrícula nº 2492, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-75, Atividade Administrativa Interna, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1º de novembro de 2013 (Gab Dep Jose Nei Alberton Ascari).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

**PORTARIA Nº 2540, de 8 de novembro de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

**EXONERAR** o servidor **ADELMO ALBERTI**, matrícula nº 7314, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-55, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 7 de novembro de 2013 (Gab Dep Luiz Eduardo Cherem).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

**PORTARIA Nº 2541, de 8 de novembro de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE**:

**LOTAR** a servidora **RENATA ROSENIR DA CUNHA**, matrícula nº 6342, na Escola do Legislativo, a partir de 1º de novembro de 2013.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

**PORTARIA Nº 2542, de 8 de novembro de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE**: *Com base no Art. 1º parágrafo único do Ato da Mesa nº 396, de 29 de novembro de 2011, e do item II, da cláusula quinta do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta entre MPSC e a ALESC, de 25 de outubro de 2011.*

**PUBLICAR** que o servidor abaixo relacionado exerce **Atividade Parlamentar Externa,** a contar de 7 de novembro de 2013.

**Gab. Dep. Jean Kuhlmann**

| Matrícula | Nome do Servidor | Cidade |
|---|---|---|
| 5206 | EDILSON ERMES SIQUEIRA | FLORIANÓPOLIS |

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

**PORTARIA Nº 2543, de 8 de novembro de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** *com fundamento no art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade com a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,*

**DESIGNAR** os servidores abaixo relacionados para realizar os procedimentos previstos no Edital de Pregão nº 036/2013.

| Matr | Nome do Servidor | Função |
|---|---|---|
| 1877 | Antonio Henrique Costa Bulcão Vianna | Pregoeiro |
| 0947 | Valter Euclides Damasco | Pregoeiro substituto |
| 0775 | Adriana lauth Fualberto | Equipe de apoio |
| 3748 | Evandro Carlos dos Santos | |
| 1332 | Hélio Estefano Becker Filho | |
| 1998 | Bernadete Albani Leiria | |
| 1039 | Victor Inácio Kist | |

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

## REDAÇÕES FINAIS

**EMENDA SUBSTITUTIVA GLOBAL AO PROJETO DE LEI Nº PL/0052.2/2011**

O Projeto de Lei nº 0052.2/2011 passa a ter a seguinte redação:

**"PROJETO DE LEI Nº PL/0052.2/2011**

Acrescenta os arts. 4º-A e 4º-B e dá nova redação ao art.10 da Lei Promulgada nº 10.501, de 9 de setembro 1997, que dispõe sobre normas de segurança para o funcionamento de estabelecimentos financeiros e dá outras providências.

Art. 1º Ficam acrescentados os arts. 4ºA e 4ºB à Lei Promulgada nº 10.501, de 9 de setembro de 1997, alterada pela Lei nº 14947, de 4 de novembro de 2009, com a seguinte redação:

'Art. 4º-A Fica proibido o uso do telefone celular, por clientes e pelo público em geral, no interior de postos e agências bancárias.

Parágrafo único. Os aparelhos só serão admitidos nos recintos mencionados no *caput* se desligados.

Art. 4º-B Os estabelecimentos bancários ficam obrigados a instalar junto aos caixas eletrônicos e cabines de proteção visual, com o objetivo de resguardar a privacidade dos usuários..

Parágrafo único. Entende-se por cabine de proteção visual o dispositivo fabricado com qualquer material opaco, que impossibilite a visualização do procedimento financeiro por terceiros.'

Art. 2º O art. 10 da Lei Promulgada nº 10.501, de 9 de setembro de 1997, alterada pela Lei nº 14.947, de 4 de novembro de 2009, passará a vigorar com a seguinte redação:

'Art. 10. A inobservância ao disposto nesta Lei sujeitará o estabelecimento infrator às seguintes sanções:

I - advertência, mediante notificação, para que promova a regularização da pendência no prazo de trinta dias úteis;

II - multa de R$ 2.000,00 (dois mil reais) por infração, dobrada a cada reincidência até a terceira, a qual será reajustada, anualmente, com base na variação do Índice Geral de Preço de Mercado - IGPM/FGV, ou por índice que vier a substituí-lo e

III - suspensão do alvará de funcionamento do estabelecimento até a sua regularização, após a terceira reincidência.

§ 1º Os recursos oriundos da arrecadação das multas serão recolhidos em favor da Unidade Orçamentária 16091 - Fundo para Melhoria da Segurança Pública, da Secretaria de Estado da Segurança Pública.

§ 2º Os Sindicatos dos Empregados em Estabelecimentos Bancários e a Federação dos Vigilantes de Santa Catarina poderão representar junto à Secretaria de Estado da Segurança Pública contra os estabelecimentos financeiros que funcionem em sua base territorial e que estejam transgredindo o disposto nesta Lei.' (NR)

Art. 3º Esta Lei será regulamentada pelo Poder Executivo no prazo cento e vinte dias, a contar da data de sua publicação, nos termos do inciso III do art. 71 da Constituição do Estado.

Parágrafo Único. Os estabelecimentos previstos no art. 1º, caput e parágrafo Único, da Lei Promulgada nº 10.501, de 9 de agosto de 1997, terão o prazo de noventa dias, a contar da sua regulamentação, para se adaptarem ao estabelecido nesta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Sala das Sessões, em

Deputado José Nei Ascari

APROVADO EM 1º. TURNO

Em Sessão de 05/11/13

APROVADO EM 2º. TURNO

Em Sessão de 06/11/13

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 0027/2011**

Acrescenta os arts. 4º-A e 4º-B e dá nova redação ao art. 10 da Lei nº 10.501, de 1997, que dispõe sobre normas de segurança para o funcionamento de estabelecimentos financeiros e adota outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

**DECRETA**:

Art. 1º Ficam acrescentados os arts. 4º-A e 4º-B à Lei nº 10.501, de 9 de setembro de 1997, alterada pela Lei nº 14.947, de 4 de novembro de 2009, com a seguinte redação:

"Art. 4º-A. Fica proibido o uso de telefone celular, por clientes e pelo público em geral, no interior de postos e agências bancárias.

Parágrafo único. Os aparelhos só serão admitidos nos recintos mencionados no *caput* deste artigo se desligados.

Art. 4º-B. Os estabelecimentos bancários ficam obrigados a instalar junto aos caixas eletrônicos cabines de proteção visual, com o objetivo de resguardar a privacidade dos usuários.

Parágrafo único. Entende-se por cabine de proteção visual o dispositivo fabricado com qualquer material opaco, que impossibilite a visualização do procedimento financeiro por terceiros." (NR)

Art. 2º O art. 10 da Lei nº 10.501, de 1997, alterada pela Lei nº 14.947, de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 10. A inobservância ao disposto nesta Lei sujeitará o estabelecimento infrator às seguintes sanções:

I - advertência, mediante notificação, para que promova a regularização da pendência no prazo de 30 (trinta) dias úteis;

II - multa de R$ 2.000,00 (dois mil reais) por infração, dobrada a cada reincidência até a terceira, a qual será reajustada, anualmente, com base na variação do Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M/FGV), ou por índice que vier a substituí-lo; e

III - suspensão do alvará de funcionamento do estabelecimento até a sua regularização, após a terceira reincidência.

§ 1º Os recursos oriundos da arrecadação das multas serão recolhidos em favor da Unidade Orçamentária 16091 - Fundo para Melhoria da Segurança Pública, da Secretaria de Estado da Segurança Pública.

§ 2º Os Sindicatos dos Empregados em Estabelecimentos Bancários e a Federação dos Vigilantes de Santa Catarina poderão representar junto à Secretaria de Estado da Segurança Pública contra os estabelecimentos financeiros que funcionem em sua base territorial e que estejam transgredindo o disposto nesta Lei." (NR)

Art. 3º Esta Lei será regulamentada pelo Poder Executivo no prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da data de sua publicação, nos termos do inciso III do art. 71 da Constituição do Estado.

Parágrafo único. Os estabelecimentos previstos no art. 1º, *caput* e parágrafo único, da Lei nº 10.501, de 1997, terão o prazo de 90 (noventa) dias, a contar da sua regulamentação, para se adaptarem ao estabelecido nesta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 6 de novembro de 2013.

**Deputado MAURO DE NADAL**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 092/2012**

Institui a obrigatoriedade de mensagem aos portadores de deficiência auditiva na propaganda oficial.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

**DECRETA**:

Art. 1º As mensagens da publicidade de atos, programas, serviços e campanhas das administrações direta, indireta e fundacional do Estado de Santa Catarina veiculadas na televisão terão tradução simultânea para a linguagem de sinais e serão apresentadas em legendas para os portadores de deficiência auditiva.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 6 de novembro de 2013.

Deputado **MAURO DE NADAL**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 133/2012**

Fica assegurada a gratuidade dos transportes coletivos públicos intermunicipais às crianças menores de 7 (sete) anos e adota outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Fica assegurada a gratuidade dos transportes públicos intermunicipais às crianças menores de 7 (sete) anos.

Parágrafo único. A dispensa de pagamento de passagem à criança, menor de 7 (sete) anos, que não ocupar, definitivamente, o lugar de outro passageiro.

Art. 2º Para efeito de identificação, no ato da verificação das passagens a pessoa acompanhante responsável apresentará documento de identidade com foto e certidão de nascimento da criança.

Art. 3º O Poder Executivo, no prazo de 90 (noventa) dias, regulamentará a presente Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 6 de novembro de 2013.

Deputado MAURO DE NADAL

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 257/2012**

Institui a Campanha Estadual Todos Somos Pedestres - Respeite a sua própria preferência, e adota outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

**DECRETA**:

Art. 1º Fica instituída no Estado de Santa Catarina a Campanha Estadual Todos Somos Pedestres - Respeite a sua própria preferência.

Parágrafo único. A Campanha de que trata o *caput* deste artigo será realizada, anualmente, na primeira semana do mês de dezembro.

Art. 2º A presente Lei tem por finalidade:

I - a realização de palestras para esclarecimento e conscientização sobre a necessidade de respeitar o pedestre e sua movimentação junto à faixa de travessia, as possíveis consequências quando desrespeitada a referida sinalização, bem como sobre o correto comportamento do pedestre;

II - a divulgação da Campanha por intermédio de propaganda em rádio e TV; e

III - a interação entre agentes de trânsito, Polícia Militar e população em geral.

Parágrafo único. Os eventos descritos neste artigo não estão limitados à Campanha, objeto da presente Lei, podendo os mesmos ser realizados a qualquer tempo.

Art. 3º Na execução desta Lei, o Poder Público poderá firmar convênios e parcerias com entidades afins.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 6 de novembro de 2013.

Deputado **MAURO DE NADAL**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

**EMENDA SUBSTITUTIVA GLOBAL AO PROJETO DE LEI Nº 0303.2/2012**

O Projeto de Lei nº 0303.2/2012 passa a ter a seguinte redação:

"PROJETO DE LEI Nº 0303.2/2012

Dispõe sobre o uso de dispositivos portáteis que emitem raio laser, no Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Os dispositivos portáteis para apresentação que emitem raio laser devem ser usados, no âmbito do Estado de Santa Catarina, exclusivamente para exibir conteúdo didático em salas de aula, palestras e atividades afins.

Parágrafo único. Os dispositivos mencionados no *caput* devem ter:

I - potência máxima de 1mW; e

II - informações claras e precisas, de forma destacada nos rótulos, sobre o seu uso correto, os riscos do seu uso indevido, bem como a existência desta Lei.

Art. 2º Os dispositivos objeto desta Lei não poderão ser comercializados ou vendidos para menores de 18 (dezoito) anos.

Art. 3º A inobservância ao disposto nesta Lei sujeitará o infrator às seguintes sanções, sem prejuízo de outras estabelecidas no Código de Defesa do Consumidor - Lei federal nº 8.078. de 11 de setembro de 1990:

I - advertência por escrito, pela auto ridade competente; e

II - multa de R$ 2.000,00 (dois mil reais) por infração, dobrada a cada reincidência, a qual será reajustada, anualmente, com base na variação do Índice Geral de Preço de Mercado - IGPM/FGV, ou por índice que vier a substituí-lo

Parágrafo único. Os recursos oriundos da arrecadação das multas serão recolhidos em favor da Unidade Orçamentária 04091 - Fundo para Reconstituição de Bens Lesados, vinculado ao Ministério Público.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, nos termos do inciso III do art. 71 da Constituição do Estado.

Art. 5º Os fabricantes dos dispositivos de que trata esta Lei terão o prazo de 90 (noventa dias), para se adaptarem às suas disposições.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Sala da Comissão,

Deputado Jean Kuhlmann

APROVADO EM 1º TURNO

Em Sessão de 06/11/13

APROVADO EM 2º TURNO

Em Sessão de 06/11/13

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 303/2012**

Dispõe sobre o uso de dispositivos portáteis que emitem raio *laser*, no Estado de Santa Catarina.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

**DECRETA**:

Art. 1º Os dispositivos portáteis para apresentação que emitem raio *laser* devem ser usados, no âmbito do Estado de Santa Catarina, exclusivamente para exibir conteúdo didático em salas de aula, palestras e atividades afins.

Parágrafo único. Os dispositivos mencionados no *caput* deste artigo devem ter:

I - potência máxima de 1mW (um megawatt); e

II - informações claras e precisas, de forma destacada nos rótulos, sobre o seu uso correto, os riscos do seu uso indevido, bem como a existência desta Lei.

Art. 2º Os dispositivos objeto desta Lei não poderão ser comercializados ou vendidos para menores de 18 (dezoito) anos.

Art. 3º A inobservância ao disposto nesta Lei sujeitará o infrator às seguintes sanções, sem prejuízo de outras estabelecidas no Código de Defesa do Consumidor - Lei federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990:

I - advertência por escrito, pela auto ridade competente; e

II - multa de R$ 2.000,00 (dois mil reais) por infração, dobrada a cada reincidência, a qual será reajustada, anualmente, com base na variação do Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M/FGV), ou por índice que vier a substituí-lo.

Parágrafo único. Os recursos oriundos da arrecadação das multas serão recolhidos em favor da Unidade Orçamentária 04091 - Fundo para Reconstituição de Bens Lesados, vinculado ao Ministério Público de Santa Catarina.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, nos termos do inciso III do art. 71 da Constituição do Estado.

Art. 5º Os fabricantes dos dispositivos de que trata esta Lei terão o prazo de 90 (noventa) dias, para se adaptarem às suas disposições.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 6 de novembro de 2013.

Deputado **MAURO DE NADAL**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 039/2013**

Assegura a oferta de alimentação saudável e adequada aos beneficiários da alimentação fornecida pelo Estado de Santa Catarina e adota outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica assegurado aos beneficiários da alimentação fornecida pelo Estado de Santa Catarina uma alimentação adequada e saudável, considerada um direito humano básico.

§ 1º Estão obrigados ao fornecimento da alimentação referida no *caput* deste artigo os estabelecimentos de ensino, a saúde, a assistência social, os estabelecimentos penitenciários, os militares, os de cumprimento de medidas socioeducativas, bem como os de atendimento aos servidores públicos, todos da rede estadual.

§ 2º Entende-se para efeito desta Lei, como alimentação adequada e saudável, a prática alimentar conveniente aos aspectos biológicos e sociais dos indivíduos, de acordo com o ciclo de vida e as necessidades alimentares especiais, considerando e ajustando quando necessário o referencial tradicional local.

Art. 2º O direito de que trata esta Lei será implementado por meio de políticas públicas estratégicas participativas, em conformidade com os princípios da vigilância em saúde nas etapas de produção, comercialização e consumo de alimentos.

Art. 3º São diretrizes da alimentação adequada e saudável:

I - a garantia da segurança e da qualidade dos alimentos e da prestação de serviços;

II - a prevenção e controle dos distúrbios nutricionais e das doenças associadas à alimentação e nutrição, como a desnutrição, a obesidade e outras doenças crônicas não transmissíveis;

III - o controle e a prevenção das deficiências de micronutrientes, especialmente ferro, iodo e vitamina A;

IV - a redução do consumo excessivo de açúcar, sódio, gorduras saturadas e gorduras trans na dieta;

V - o aumento do consumo de frutas, legumes, verduras, sucos, carnes magras, cereais integrais, peixes, leite e derivados, com ênfase na produção agroecológica local ou regional;

VI - a prioridade para as compras de produtos da agricultura familiar e suas agroindústrias;

VII - a valorização de hábitos culturalmente referenciados;

VIII - o estímulo à implantação de boas práticas de manipulação de alimentos nos locais de produção e fornecimento na rede pública estadual;

IX - o estímulo à produção de hortas escolares para a realização de atividades com os alunos e a utilização dos alimentos produzidos na alimentação ofertada na escola;

X - a atenção nutricional a populações específicas, como a indígena, de comunidades quilombolas, com deficiência orgânica e outras em situação de vulnerabi lidade; e

XI - a restrição ao comércio e à promoção comercial, no âmbito dos responsáveis pelo fornecimento dos alimentos, de preparações que não atendam às diretrizes estabelecidas nesta Lei.

Art. 4º A oferta de alimentação adequada e saudável será executada de forma articulada às ações intersetoriais, com vista ao desenvolvimento rural sustentável, ao fortalecimento da agricultura familiar, ao acesso universal aos alimentos e ao estímulo da

produção e da comercialização de alimentos saudáveis, especialmente aqueles obtidos por meio de práticas agroecológicas.

Art. 5º Os cardápios de alimentação deverão ser elaborados observando os seguintes princípios em relação aos produtos ofertados:

I - a variedade;

II - a qualidade;

III - o equilíbrio;

IV - a moderação;

V - o sabor;

VI - as dimensões de gênero, raça e etnia;

VII - as formas de produção ambientalmente sustentáveis; e

VIII - as normas legais sobre limites dos contaminantes físicos, químicos e biológicos.

Art. 6º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei na forma do disposto no art. 71, inciso III, da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 6 de novembro de 2013.

Deputado **MAURO DE NADAL**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

**EMENDA SUPRESSIVA**

Suprime o artigo 5º do PL.0302.1/2013.

Sala das Sessões, em

JUSTIFICATIVA

A presente Emenda Supressiva tem como objetivo eliminar do Projeto o artigo 5º, tendo em vista que a matéria já se encontra regulamentada por legislação federal, a Resolução nº 346/2004.

Dep. DIRCEU DRESCH

Líder da Bancada do PT

APROVADO EM 1º TURNO

Em Sessão de 06/11/13

APROVADO EM 2º TURNO

Em Sessão de 06/11/13

**EMENDA MODIFICATIVA**

Modifica o artigo 4º do PL.0302.1/2013, passando a ter a seguinte redação:

Art. 3º Fica autorizado o transporte de disco de cria, e de colônia de abelha-sem-ferrão, dentro dos limites do território catarinense, mediante a emissão de Guia de Trânsito Animal - GTA, da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola - CIDASC"

Sala das Sessões, em

JUSTIFICATIVA

A presente Emenda Modificativa se justifica para melhor adequar o transporte pretendido, excluindo do texto, o mel, prócolis que não necessitam de autorização especial do estado para o seu transporte.

Dep. DIRCEU DRESCH

Bancada do PT

APROVADO EM 1º TURNO

Em Sessão de 06/11/13

APROVADO EM 2º TURNO

Em Sessão de 06/11/13

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 302/2013**

Dispõe sobre a criação, o comércio e o transporte de abelhas-sem-ferrão (meliponíneas) no Estado de Santa Catarina.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

**DECRETA**:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a criação, o comércio e o transporte de abelhas-sem-ferrão (meliponíneas) no Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por:

I - meliponíneos: subfamília de insetos himenópteros, da família dos apídeos, animais sociais que vivem em colmeias, considerados polinizadores por excelência das plantas nativas, popularmente conhecidos como abelhas-sem-ferrão, abelhas-da-terra, abelhas-indígenas, abelhas nativas ou abelhas brasileiras;

II - meliponicultor: pessoa que, em abrigos apropriados, mantém abelhas-sem-ferrão, objetivando a preservação do meio ambiente, a conservação das espécies e a utilização delas, de forma sustentável, na polinização das plantas e na produção de mel, de pólen e de própolis, para consumo próprio ou para comércio;

III - meliponário: local destinado à criação racional de abelhas-sem-ferrão, composto de um conjunto de colônias alojadas em colmeias especialmente preparadas para o manejo e manutenção dessas espécies;

IV - colônia: família de abelhas-sem-ferrão, formada por uma rainha, operárias e zangões que vivem em um mesmo ninho; e

V - colmeia (casa das abelhas): os abrigos preparados, na forma de caixas, em troncos de árvores seccionadas, cabaças, recipientes cerâmicos ou similares.

Art. 3º São permitidos o manejo, a multiplicação de colônias, a aquisição, a guarda, o comércio, o escambo e a utilização de produtos tangíveis e intangíveis obtidos com o meliponário.

§ 1º É livre a criação, o manejo e as demais atividades que envolvam colônias de abelhas-sem-ferrão dentro de zona rural de cada Município.

§ 2º Ficam asseguradas as atividades que envolvam colônias de abelhas-sem-ferrão dentro da zona urbana de cada Município, respeitadas as disposições previstas no Plano Diretor municipal.

Art. 4º Fica autorizado o transporte de disco de cria e de colônia de abelha-sem-ferrão, dentro dos limites do Território catarinense, mediante a emissão de Guia de Trânsito Animal (GTA), da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC).

Parágrafo único. Não será exigido do comprador de discos de cria, mel, pólen, própolis e colmeias de abelhas-sem-ferrão a comprovação de propriedade rural.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 6º O Chefe do Poder Executivo regulamentará esta Lei, nos termos do inciso III do art. 71 da Constituição do Estado.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 6 de novembro de 2013.

Deputado **MAURO DE NADAL**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 452/2013**

Dispõe sobre a implantação do sistema biométrico de identificação de recém-nascidos no Estado de Santa Catarina.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Os hospitais e maternidades públicos e privados do Estado de Santa Catarina ficam obrigados a implantar e operacionalizar sistema biométrico de identificação dos recém-nascidos em suas dependências.

Parágrafo único. O sistema de identificação biométrico a que se refere esta Lei consiste em um banco de dados civil, centralizado no órgão estadual competente, vinculando as impressões digitais das mãos e dos pés dos recém-nascidos às de suas mães.

Art. 2º As impressões digitais dos recém-nascidos serão recolhidas imediatamente após o seu nascimento, por leitor biométrico eletrônico, pelos hospitais e maternidades.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, na forma do disposto no art. 71, inciso III, da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 6 de novembro de 2013.

Deputado MAURO DE NADAL

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***